

ATA NÚMERO TRÊS

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA  
MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E  
DEZASSEIS.

----- Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e duas horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua segunda sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 05 de abril com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1. Período de Antes da Ordem do Dia de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e um do Regimento da Assembleia Municipal.**-----
- 2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e dois do Regimento da Assembleia Municipal.**-----
- 3. Período da Ordem do Dia:**-----
  - 3.1. Apreciação e votação da ata número um de dois mil e dezasseis;**-----
  - 3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;**-----
  - 3.3. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e quinze da Câmara Municipal da Maia;**-----
  - 3.4. Inventário dos todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;**-----
  - 3.5. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de dois mil e quinze;**-----
  - 3.6. Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do ano de dois mil e quinze;**-----
  - 3.7. Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Pública;**-----
  - 3.8. Pedido de deliberação de interesse público municipal de atividade industrial – Serralharia Civil de Alfredo dos Santos Teixeira & Filhos, Lda.;**-----

- ✓ ✓
- 3.9. Pedido de deliberação de interesse público municipal de exploração agrícola –  
Manuel Babo Pinheiro;-----
- 3.10. Estacionamento na envolvente ao Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro  
(AIFSC), nas freguesias de Moreira e de Vila Nova da Telha;-----
- 3.11. Alienação de um parcela de terreno sítio na Rua Frederico Ulrich, número dois mil  
seiscentos e cinquenta, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública;-----
- 3.12. Protocolo de Cooperação entre a Área Metropolitana do Porto e o Município da  
Maia no âmbito da formação de públicos estratégicos;-----
- 3.13. Relatório de ponderação do período de discussão pública do Programa Estratégico  
de Reabilitação Urbana da ARU do Centro da Maia;-----
- 3.14. Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de dois  
mil e dezasseis a dois mil e dezanove e do Orçamento Ordinário para o ano de dois mil e  
dezasseis dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;-----
- 3.15. Ata da Assembleia Geral da “Cooperzoo – Cooperativa Zoológica da Maia,  
Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada”, realizada no dia doze  
de outubro de dois mil e quinze;-----
- 3.16. Contrato Interadministrativo de delegação de competências – contrato de educação  
e formação municipal – denúncia e/ou renúncia;-----
- 3.17. INE – Retorno de Informação Personalizada Municípios;-----
- 3.18. Documentos de Prestação de Contas dois mil e quinze da Maiambiente – Empresa  
Municipal do Ambiente, E.M., da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia,  
E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., da  
Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia e da Fundação do Conservatório de  
Música;-----

3.19. Relatórios de Gestão e Contas – exercício de dois mil e quinze – Fundo de ~~Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Gelfe e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MaiaImo;~~

3.20. Instrumentos de Gestão Previsional da Maiambiente, E.M. para o ano de dois mil e dezasseis – revisão.

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes, e face à ausência da 1.ª Secretária da Mesa, o Presidente pediu à Senhora Deputada da Coligação “Sempre pela Maia”, Susana Filipa Coelho Rafael que tomasse o respetivo lugar na Mesa. Informou que, sendo as sessões públicas, e segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para a mesma se organizar. Deu nota do pedido de renúncia da Senhora Deputada Susana Filipa Jorge Pinheiro, do Partido Socialista, tendo tomado posse a Senhora Raquel Catarino. Deu nota também dos seguintes pedidos de substituição: o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós, Laurindo Vítor Moutinho Fontes, pediu a sua substituição, sendo substituído pelo membro do Executivo, a Senhora Ana Luísa da Luz Bárbara Fonseca; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moreira, Joaquim António Farinha Bastos, solicitou a sua substituição, sendo substituído pelo membro do Executivo, o Senhor Amadeu Alves Azevedo; a Senhora Deputada e 1.ª Secretária da Mesa, Emilia de Fátima Moreira dos Santos, solicitou a sua substituição, sendo substituída pela Senhora Cátia Daniela Maia da Silva. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a quatro**. Verificadas as presenças, constatou-se a presença de todos os

*✓  
di  
A*

Deputados convocados, exceto Hélder da Costa Pereira Ribeiro, Cristiano Fernandes de Castro e Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro.

**1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e um do Regimento da Assembleia Municipal:**

-----Inscriveram-se os Senhores Deputados:

**Maria Luisa Ferreira Magalhães Oliveira** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida a Proposta de Recomendação “Pelo fim da violência contra as mulheres”, documento identificado com o número **cinco**.-----

**Silvestre Santos Gomes Pereira** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida a “Saudação ao 1.º de Maio”, identificado com o número **seis**.-----

**Carla Susana Ferreira Dias** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o Voto de Congratulação ao Folgosa da Maia Futebol Clube pelo seu 78.º aniversário, documento identificado com o número **sete**. Aproveitou para referir que terminava o mês de abril, aquele que tinha sido eleito pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia, extensivo a outras entidades do País, o mês azul, e daí ser portadora de uma peça azul.-----

**Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida os Votos de Louvor ao Acro Clube da Maia e ao Clube Karaté da Maia, documentos identificados com os números **oito e nove**. Aproveitou para em nome da Coligação “Sempre pela Maia”, felicitar a Câmara Municipal pela dinâmica que tinha vindo a desenvolver em estreita colaboração com as Instituições e Coletividades do Município, tendo sido particularmente notório nas últimas semanas, nomeadamente com a realização de eventos que atraíram à Maia milhares de pessoas, como aconteceu no último fim-de-semana com concursos internacionais de hip-hop e de karaté.-----

**Susana Filipa Coelho Rafael** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **dez**.-----

**Pedro Miguel Oliveira Soares** cumprimentou todos os presentes, afirmando que a sua intervenção prendia-se com o facto de alguns cidadãos terem alertados alguns deputados da

2  
AP  
afs

bancada socialista: o concelho da Maia tinha um dos maiores rácios de parques infantis por cidadão, facto pelo qual davam os parabéns ao Executivo, tratando-se de espaços que, na sua generalidade, conjugavam a natureza com equipamentos infantis, permitindo assim que as famílias maiatas usufruissem destes espaços de lazer. No entanto, estes espaços necessitavam de manutenção constante quer a nível de equipamentos por razões de segurança, quer a nível de higiene por razões de saúde pública que afectavam todos os utentes destes parques, dando como exemplo o parque infantil situado na Urbanização de Siderurgia, sito em Barca, que com vista à recuperação do polidesportivo situado junto ao parque, foram levados para o local, no verão de dois mil e quinze, alguns rolos de tapete sintético, que nunca chegaram a ser colocados, estando abandonados, originando que, com a proximidade de campos e matas, fossem avistados a saírem dos mesmos ratos e cobras. No passado dia vinte e cinco de abril, estando de visita familiar e estando bom tempo, tentou utilizar o espaço com o filho, tendo tal sido totalmente impossível devido à enorme quantidade de mosquitos envolventes ao local. Mais informou que a Junta de Freguesia do Castêlo da Maia já tinha sido alertada e verificado que o problema continuava por resolver, dirigiu-se à última Assembleia de Freguesia e levantado esta questão, foi informado pelo Presidente do Executivo que a mesma já estava reportada à Câmara Municipal desde o momento em que tinha-lhe sido comunicado, durante o ano de dois mil e quinze, e que esta tinha garantido à Junta de Freguesia que iria ser resolvido em breve, protelando assim um possível problema de saúde pública. Paralelamente, foi sugerido pelo Senhor Presidente da Junta que fosse efectuado um abaixo-assinado junto dos moradores para que houvesse "mais força" a reivindicar a resolução urgente junto da Câmara Municipal. Assim e com este alerta, solicitavam a maior atenção do Executivo Municipal para este tipo de situação; entendiam não ser necessária a realização de abaixo-assinados sempre que havia ameaças à saúde pública, principalmente quando as mesmas já tinham sido inclusivamente comunicadas a quem de direito, e claramente estavam todos de acordo da importância que estes espaços tinham para os maiatos em geral e para as crianças em particular. -----

*✓ ✓*  
**António Manuel Santos Teixeira** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o Voto de Louvor ao Acro Clube da Maia, documento identificado com o número **onze**.

---- Posta à admissão o **Voto de Congratulação ao Folgosa da Maia Futebol Clube** pelo seu **78.º aniversário**, documento identificado com o número sete, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à votação o **Voto de Congratulação ao Folgosa da Maia Futebol Clube** pelo seu **78.º aniversário**, documento identificado com o número sete, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à admissão o **Voto de Louvor ao Clube de Karaté da Maia**, documento identificado com o número nove, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à votação o **Voto de Louvor ao Clube de Karaté da Maia**, documento identificado com o número nove, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à admissão o **Voto de Louvor ao Acro Clube da Maia**, documento identificado com o número oito, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à votação o **Voto de Louvor ao Acro Clube da Maia**, documento identificado com o número oito, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à admissão o **Voto de Louvor ao Acro Clube da Maia**, documento identificado com o número onze, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à votação o **Voto de Louvor ao Acro Clube da Maia**, documento identificado com o número onze, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

---- Posta à admissão a Proposta de Recomendação “Pelo fim da violência contra as mulheres”, documento identificado com o número cinco, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

---- Posta à votação a Proposta de Recomendação “Pelo fim da violência contra as mulheres”, documento identificado com o número cinco, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago**, saudou todos os presentes, aproveitando para felicitar o Senhor Presidente da

Assembleia Municipal, extensivo a todo o órgão, pela visita levada a cabo no passado dia dezasseis de abril, sob a temática ambiente, tendo sido visitadas a Maiambiente, a Lipor e a Etar de Parada. Informou que a Câmara Municipal se associava à proposta de recomendação, à saudação ao Primeiro de Maio e aos votos de congratulação e louvores já aprovados; relativamente ao protocolo referido pela Senhora Deputada Susana Filipa Coelho Rafael, informou que eram somente quatro Câmaras, a da Maia, a do Porto, a de Matosinhos e a de Vila Nova de Gaia que estavam inseridas neste projeto, tendo já o concelho de Baião participado numa outra fase; deu ainda nota de um possível melhoramento das instalações do Acro Clube da Maia, umas municipais (o complexo de ginástica na zona desportiva central) e as outras que eram instalações que de uma forma muito afirmada, eles alugaram junto à Escola EB 2,3 de Nogueira; como resposta ao Senhor Deputado Pedro Miguel Oliveira Soares sobre a sua intervenção sobre o parque infantil e polidesportivo da Urbanização da Siderurgia, intervenção essa construtiva dado que constatou que o Município tinha tido uma boa "performance", mas existiam sempre desvios próprios da estatística, como o que foi explanado, e aproveitou para afirmar que a obra de conservação já estava quase adjudicada, com um custo a rondar os cinquenta mil euros.

## **2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo art.º quarenta e dois do Regimento da Assembleia Municipal;**

---- Inscreveram-se para uso da palavra: o Senhor Armindo Silva Moutinho, residente na Rua da Cabreira, 110, Barca - Maia, que interveio para questionar sobre a evolução dos dois casos apresentados nesta Assembleia, em 25 de junho de dois mil e catorze, conforme documento identificado com o número **doze**; o Senhor Manuel José Gonçalves de Sousa, residente na Rua Artur Napoleão, n.º 111, r/ch, Senhora da Hora – Matosinhos, interveio para alertar para as dificuldades de entregas processuais de documentos e do atendimento telefónico na Câmara Municipal, conforme documento identificado com o número **treze**; o Senhor Nelson Cruz Vergas, residente na Av. Gago Coutinho, noventa e dois, Vila Nova da Telha – Maia, interveio para questionar sobre o sistema de cobrança dos resíduos sólidos e a

*[Handwritten signature]*

falta/inexistência de wc's no Parque de Quires e reclamar um parque infantil melhor, documento identificado com o número **catorze**; a Senhora Susana Ribeiro Alves, residente na Travessa da Vessada, quarenta e cinco, em Milheirós – Maia, que interveio para falar sobre a Escola Primária EB1/JI Monte das Cruzes, do Centro Escolar Gueifães-Vermoim e passeios circundantes à Igreja de Gueifães, documento identificado com o número **quinze**.-----

**3. Período da Ordem do Dia:**-----

**3.1. Apreciação e votação da ata n.º um barra dois mil e dezasseis.**-----

--- A ata n.º um barra dois mil e dezasseis foi **aprovada por unanimidade**.-----

**3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º dois do artigo quinto do Regimento e alínea c) do n.º dois do artigo vinte e cinco da Lei n.º setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro), documento identificado com o número dezasseis.**-----

**Maria Luísa Ferreira Magalhães Oliveira** usou a palavra para solicitar três esclarecimentos: o Bloco de Esquerda gostaria que o Senhor Vice-Presidente fizesse o ponto da situação no que respeitava às vistorias solicitadas pelo Senhor Presidente da Câmara junto da CCDRN e da APA no seguimento do protesto feito pelo Bloco de Esquerda face à poluição ambiental produzida pela Siderurgia Nacional da Maia; o segundo esclarecimento prendia-se com o pedido de informação sobre o uso de um herbicida tóxico e perigoso usado nos jardins e demais espaços públicos do concelho maiato; o terceiro esclarecimento prendia-se com as reclamações efetuadas por moradores da Urbanização de Quires, em Vila Nova da Telha, solicitando informações sobre a evolução ou não no sentido da resolução dos problemas levantados pelos proprietários das habitações.-----

**O Senhor Vice-Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago** em relação aos jardins e uso de pesticidas, informou que os mesmos eram colocados por empresas especializadas e estava convicto que os serviços técnicos da Câmara Municipal da Maia, nomeadamente o Departamento de Ambiente, o fazia convenientemente, salvaguardando o ser vivo. Em relação à Siderurgia Nacional, realçou que a empresa laborava muito melhor do que há uns anos atrás

when era pública, salientando que a Câmara Municipal não tinha responsabilidade direta no licenciamento industrial da fábrica, competindo à Administração Central e aos seus órgãos descentralizados – à CCDRN e à Direção Geral da Economia; em todo o caso, a Agência Portuguesa de Ambiente era a “entidade chapéu” e a Siderurgia Nacional na Maia tinha licença ambiental, embora com algumas condicionantes, e que a mesma tinha pedido à APA, há uns meses atrás, uma prorrogação de prazo para cumprir integralmente as condições que lhe tinham sido impostas, tendo a mesma sido concedida.

### **3.3. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e quinze da Câmara Municipal da Maia;**

**Silvestre Santos Gomes Pereira** usou a palavra para ler o documento identificado com o número **dezassete**.

**Cândido Joaquim Lima da Silva Graça** cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número **dezoito**.

**Paulo Sérgio Fernandes da Rocha** cumprimentou todos os presentes, começando por afirmar que o Partido Socialista tinha uma visão diferente da apresentada: preocupava ao Partido Socialista as situações financeiras de algumas empresas que faziam parte do perímetro das contas, dando como exemplo a Fundação do Conservatório de Música da Maia, que continuava constantemente, ano após ano, a acumular prejuízos. Não estava em causa o objecto social do Conservatório – cultura, ensino – mas sim a forma de gestão e o que fazer para colmatar a situação de resultados negativos. O relatório de contas apresentado estava “ensombrado” por três factos: primeiro, tinha aumentado a dívida do Município porque houve a necessidade de se contrair um empréstimo de nove milhões e duzentos mil euros para aquisição dos lotes da Tecmaia; foi extinto o Fundo Praça Maior com resultados negativos para as contas, mas além disto ainda existiam mais dois Fundos que “iriam pelo mesmo caminho”, e no caso do Maiagolfe, o próprio auditor tinha-se escusado a dar uma opinião sobre o relatório e depois dos alertas do Partido Socialista, tinham tido acesso aos relatórios e contas dos Fundos e tal nunca tido acontecido, podendo assim constatar que o que auditor

*✓* *AM*

sugeria era a extinção. Isto tinha repercuções nas contas e tal aconteceria no futuro; o empréstimo feito não iria ser pago todo neste ano, tendo também impactos no futuro. O PSD também tinha considerado como um grande negócio os fundos de investimento de imobiliário e quiseram vender a ideia de que passaram a ser fundos de financiamento imobiliário. Tinham sido fundos de investimentos que não tinham cumprido a sua função; efetivamente o primeiro já tinha sido extinto e os outros dois iriam pelo mesmo caminho, provavelmente, e com custos para o Município. Realçou outro facto: as receitas tinham sido excelentes, tendo o Município conseguido arrecadar receitas acima do esperado no orçamento, em termos de impostos, e relembrou que o Partido Socialista tinha feito uma proposta onde havia margem para descer um pouco mais o IMI, mas o Executivo em funções tinha apenas baixado zero vírgula zero cinco porcento, correspondendo a cinco zeros do valor patrimonial, correspondendo a mais dois porcento de IMI relativamente ao ano anterior; receberam mais setenta porcento da derrama, mais sessenta porcento do IMT, tendo ficado acima daquilo que tinham previsto. Ficou assim provado que podiam ter aplicado uma redução maior, relembrando que a proposta que o PS tinha feito seria ter mantido a isenção para empresas que criassem postos de trabalho no concelho da Maia, deslocando-se para este Município, durante um determinado período de tempo, dando assim um sinal de que se queria criar emprego e os setenta por cento de derrama continuavam já que o valor recebido pela Câmara mantinha-se, não se verificando perdas. Perante os considerandos expostos, o Partido Socialista não poderia aprovar as contas, abstendo-se.

---

**António Fernando Gomes de Oliveira e Silva** cumprimentou todos os presentes, começando por realçar que já tinham sido proferidas várias intervenções com várias alusões a diferentes aspetos que constavam no Relatório. A análise do colega da sua bancada foi uma análise competente e de várias especificidades técnicas, havendo de facto duas matérias que mereciam ser sublinhadas, nomeadamente no que concernia ao aumento da receita por força da variação positiva de dois impostos que diziam respeito ao Município: a derrama e o imposto municipal de transacções. Respeitando o vigésimo segundo Governo Constitucional

Parlamentar em funções governativas, e o partido político do qual emanava e respeitando e até concordando com algumas considerações que tinham sido feitas pelos partidos com assento parlamentar que apoiavam o governo constitucional, não podia deixar de, quando hoje analisavam os resultados de dois mil e quinze, ficar absolutamente estupefacto com o driblar das projeções económicas feito pelo Partido Socialista. O que se tinha ouvido dizer hoje foi que, antes do exercício, defendia-se a diminuição e a isenção da derrama; tinham defendido e agora o exercício dava razão, porque a derrama tinha tido uma subida galopante. O aumento da derrama dava razão a muitos mas não era certamente ao Partido Socialista, porque no país tinha afirmado e continuava a fazer que a política do anterior Governo era uma política recessiva e que a tão apregoada "vontade de cortar" do anterior Governo gerava efeitos recessivos. Se a política económica do anterior Governo gerava efeitos recessivos, o mesmo Partido Socialista não podia dizer que supunha que a derrama aumentasse. Os efeitos recessivos não aumentavam a derrama. A derrama era calculada sob o lucro das empresas que em recessão, geralmente, não geravam lucro. Importava neste exercício sublinhar que o caminho da consolidação do universo municipal, o caminho de diminuição do passivo de médio e longo prazo, tinha vindo a ser feito paulatinamente, tendo sido alcançados e superados os objetivos de sustentabilidade económica e financeira a que se tinham proposto, e no exercício de dois mil e quinze, essa capacidade de diminuir o passivo, teve pela primeira vez, o auxílio do aumento das receitas provenientes de dois impostos: derrama e IMT. Este aumento tinha sido positivo para o Município e para o país, significando que o país tinha sido capaz de reverter uma tendência recessiva que tinha sido causada pela intervenção externa de assistência financeira. Enquanto autarca na Maia, e estando absolutamente consciente do que caminho percorrido, não podia deixar de agradecer o trabalho efectuado pelo anterior Governo que revelou a capacidade de reverter a tendência recessiva. Estando a mesma revertida, e tendo no exercício que agora findava, retomado receitas para o Município, a única coisa que a Coligação "Sempre pela Maia" podia, convictamente, afirmar era que esse aumento de receita seria canalizado para duas vias: continuar o processo de consolidação

✓ A

financeira do universo municipal e continuar a fazer uma política de investimento assertiva e acertada para as necessidades da Maia.

**João Veloso da Silva Torres** cumprimentou todos os presentes, afirmando que todos ficaram maravilhados com a lição político-económica proferida pelo Líder da Bancada da Coligação “Sempre pela Maia”, fazendo lembrar a melhor credibilidade da Ministra das Finanças do anterior Governo. Usando a figura regimental do direito de resposta, clarificou aquela que era a visão e a posição política do Partido Socialista sobre algumas das matérias que tinham sido trazidas nesta última intervenção. Em primeiro lugar, salientou que este não era o palco para discutir a política nacional, mas como já tinha em outras ocasiões de lhe ter transmitido, o Partido Socialista reafirmava que as políticas do anterior governo não eram austertárias mas profundamente austertárias, e dentro daquela que era a planificação económica e financeira do anterior Governo, tinha havido um vasto conjunto de medidas que só não tinham avançado, justamente porque em dois mil e treze, o Tribunal Constitucional impediu que se prolongasse aquilo que muitos cidadãos podiam considerar ser um saque aos contribuintes. Os propósitos da governação do anterior Governo foram profundamente austertários, e continuavam a ser, afirmando que este “era o melhor seguro de vida” para a governação atual. Em segundo lugar, afirmou que todos os portugueses tinham percebido qual tinha sido a fonte de receitas para o município da Maia, como aquelas que eram provenientes da derrama. O Partido Socialista ficava feliz pelo facto da atividade económica do país e de algumas das empresas que estavam localizadas no concelho, não ser uma atividade negativa ou menos positiva do que era esperado. O que não fazia sentido nenhum era trazer a esta Assembleia os argumentos mais demagógicos em torno desta matéria. Em terceiro lugar, deixou muito clara a visão do Partido Socialista a este propósito: nas sessões próprias ordinárias da Assembleia, e quando se discutia o orçamento camarário, tinha-se posicionado muito claramente como uma força política que entendia que a Câmara Municipal da Maia podia fazer um pequeno esforço para aligeirar os esforços dos contribuintes, e isso podia ser feito em diversas dimensões, podia ser feito pelos contribuintes, e também pelas empresas através da derrama mas já que se

14

estava no mês de abril, mês onde a generalidade dos portugueses entregava a sua declaração anual de IRS, reembrou que todos os cidadãos contribuintes da Maia quando preenchiam o seu modelo três do IRS não tinham, ao contrário de muitos outros cidadãos de outros municípios do país, direito a qualquer reembolso pelo facto de por exemplo, a fixação da participação variável do IRS ser no concelho da Maia a máxima ao contrário do que sucedia justamente em outros territórios do nosso país. O Partido Socialista entendia que num momento difícil para o país, para as famílias portuguesas e para as cidadãs e cidadãos da Maia, a Câmara Municipal da Maia até pelo exercício que era trazido e reconhecido pelo Senhor Deputado Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, podia dar um contributo para que as famílias maiatas fossem menos oneradas através da arrecadação de receita que depois, evidentemente, faziam parte de um balanço menos negativo que a Câmara Municipal podia trazer à Assembleia. Havia, portanto, duas perspectivas: uma de que a Câmara Municipal da Maia devia ser uma deglutinadora dos recursos dos cidadãos maiatos e por força disso, tinha uma maior facilidade em apresentar um relatório e contas como aquele que era apresentado, e a outra perspectiva de que era possível manter o rigor e o equilíbrio das contas públicas no Concelho, mas simultaneamente aligeirar os impostos e a carga fiscal que era exercida quer sobre a população do Concelho quer sobre as suas empresas e esse era um compromisso eleitoral do Partido Socialista assumido em dois mil e treze, aquando da realização das últimas eleições autárquicas, reafirmado em dois mil e catorze e quinze e hoje estavam também a reafirmar, ao contrário da narrativa presunçosa e demagógica trazida pelo Líder da Coligação, esperando que com esta breve explicação tenha reposto a verdade para que todos os maiatos soubessem de que lado estava o Partido Socialista quanto a esta matéria.

**António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, usando o direito de resposta, informou que estava sempre disponível para discutir a política fiscal do Município e não era isso que estavam a fazer, pois estavam a falar do Relatório de Gestão, sublinhando com satisfação, orgulho e sem presunção que o Partido Socialista considerava que o Município da Maia e a sua Câmara Municipal tinham uns resultados do exercício que permitiam que se aliviasse a

*W  
xi N*

carga fiscal. Tinha sido caracterizado na intervenção anterior o pensamento que devia ser do Deputado e também do Partido Socialista, no que dizia respeito a impostos, com a qual ele próprio não concordava. O Partido Socialista defendia que em matéria fiscal, a Maia teria margem para reduzir dois impostos, citando o exemplo do IRS. Não era timbre da Maioria nem o seria enquanto for líder, analisar a matéria fiscal e a tributação dessa forma. Entendia o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres que a Maia tinha hoje capacidade para libertar os maiatos da percentagem do IRS, mas essa não era a preocupação da Maioria. Queria também dizer que quando a Coligação não olhava para os impostos como um custo do serviço que prestavam, estavam a ser demasiado socialistas para se poderem apelidar de sociais-democratas e de centro direitas. O imposto era o custo que o cidadão pagava pelos serviços que o Estado lhe prestava. E este preço dos impostos há longo tempo que os políticos o tinham arquivado nas calendadas que transformaram no custo que os contribuintes pagavam pelo governo ou desgoverno de quem os governava. Entendiam que a qualidade de vida na Maia e que os serviços prestados pelo Município eram para ser sustentáveis e melhorados, e que mexer em impostos que incidiam sobre o valor patrimonial, sobre a dimensão dos lucros ou sobre os rendimentos singulares mais elevados, era de facto uma política demasiada à direita do que aquilo que se posicionava a Coligação “Sempre pela Maia” e devia preservar-se a capacidade de redistribuição. Os muitos maiatos que estavam muito acima da média salarial nacional, podiam e deviam contribuir para que o Município pudesse continuar a auxiliar, por exemplo, as crianças do EB1 da forma como tinha feito até agora, e saberiam não ser um factor de esforço significativo para cada um dos maiatos nos serviços prestados, preferindo-se concentrar na eficácia de instituições como os SMAS, como a Maiambiente do que fazer o discurso demagógico e fácil dizer “isto está muito bem gerido e deu muito lucro, e vamos lá diminuir os impostos especialmente para aqueles que tinham mais”. Isto era uma bandeira do Partido Socialista, muito interessante, muito fácil e demagógica mas não era uma bandeira que servisse os interesses da esmagadora maioria dos maiatos.

---- Posta à votação a “Prestação de Contas e Relatório de Gestão de dois mil e quinze da Câmara Municipal” foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e do Independentes por Vila Nova da Telha, dez (10) abstenções do Partido Socialista, e três (3) votos contra da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.

Alberto Luís Ferreira Neto apresentou Declaração de Voto, documento identificado com o número **dezanove**.

### **3.4. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;**

---- Ninguém se inscreveu.

---- Posta à votação o “Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação”, foi a mesma aprovada **unanimidade**.

### **3.5. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de dois mil e quinze.**

António Manuel Santos Teixeira leu o documento identificado com o número **vinte**.

---- Posta à votação a “Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de dois mil e quinze”, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e do Independentes por Vila Nova da Telha, e treze (13) abstenções do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.

### **3.6. Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do ano de dois mil e quinze;**

---- Posta à votação o “Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do ano de dois mil e quinze”, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e do Independentes por Vila Nova da Telha, doze (12) abstenções do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda e um (1) voto contra da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.

*✓ M*

**3.7. Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Pública;**

Alberto Luís Ferreira Neto leu o documento identificado com o número **vinte e um**.

----- Posta à votação o “ **Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Pública**”, foi o mesmo aprovado **por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia” e do Independentes por Vila Nova da Telha, dez (10) abstenções do Partido Socialista, e três (3) votos contra da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.**

**3.8. Pedido de deliberação de interesse público municipal de atividade industrial – Serralharia Civil de Alfredo dos Santos Teixeira & Filhos, Lda.;**

----- Posta à votação o “ **Pedido de deliberação de interesse público municipal de atividade industrial – Serralharia Civil de Alfredo dos Santos Teixeira & Filhos, Lda.**”, foi aprovado **por unanimidade o seu indeferimento.**

**3.9. Pedido de deliberação de interesse público municipal de exploração agrícola – Manuel Babo Pinheiro;**

----- Posta à votação o “ **Pedido de deliberação de interesse público municipal de exploração agrícola – Manuel Babo Pinheiro**”, foi aprovado **por unanimidade o seu indeferimento.**

**3.10. Estacionamento na envolvente ao Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro (AIFSC), nas freguesias de Moreira e de Vila Nova da Telha;**

João Veloso da Silva Torres deu nota que o PS no Executivo Municipal votou favoravelmente e também iria ser o sentido de voto na Assembleia, salientando que era de facto importante estimular o ordenamento da forma como era utilizado o espaço público nas zonas contíguas ao Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, onde havia um conjunto de edificados, muitos para uso habitacional, parecendo ser importante e relevante proceder a este ordenamento que também se conseguia através de instalação de dispositivos de cobrança de estacionamento e esta proposta vinha no sentido de defender, em primeiro lugar, os habitantes do concelho que muitas vezes viam a sua vida dificultada sob diversos pontos de

w  
RA  
af

vista, muitas vezes pelo trânsito e o estacionamento de viaturas a obstruir a normal circulação das pessoas, dificultando a qualidade de vida. Surgiu muito recentemente uma questão, num plano secundário mas relevante, relativa aos funcionários do aeroporto, e sendo certo a forma como o aeroporto era servido do ponto de vista de transportes públicos, era evidentemente muito positiva quer através da STCP ou de outros operadores, parecia ser importante perceber e daí a pergunta dirigida ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal se havia alguma abertura do órgão para acautelar os trabalhadores que através de diferentes empresas exerciam a sua atividade profissional e laboral no aeroporto, desde logo porque muitos deles eram também moradores no concelho e mesmo aqueles que não moravam; as respostas podiam desde logo ser dadas pelas entidades patronais mas dado que esta questão tinha levantado muitas dúvidas, perguntava de que forma a Câmara Municipal encarava esta possibilidade, se iria tomar alguma diligência porque era importante a qualidade de vida das pessoas que exerciam as suas responsabilidades laborais no aeroporto e nas empresas contíguas.-----

**Alberto Luís Ferreira Neto** leu o documento identificado com o número **vinte e dois**.-----

**António Fernando Gomes de Oliveira e Silva** prescindiu do uso da palavra.-----

**O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.<sup>o</sup> António Domingos da Silva Tiago**, salientou que o que estava em causa era apresentar uma solução que viesse corrigir um conjunto de “entorses” e de desregularização a nível de estacionamento na zona do aeroporto, protegendo em primeira instância os moradores de uma forma assertiva, uma vez que os moradores e à semelhança do que acontecia em outras zonas objeto deste modelo, eram possuidores de cartão de residente, e teriam mais facilidade de estacionar nas zonas de aparcamento existentes, daí não ter entendido a intervenção do Deputado da CDU quando afirmou que a Câmara Municipal não tinha acautelado esta situação e que os moradores tinham que pagar o cartão. Quem usava estas zonas, de forma desleal, eram empresas de rent-a-car, enquanto outras congêneres tinham zonas de estacionamento privadas, devidamente licenciadas e as pessoas que iriam viajar para não pagar aparcamento estacionavam na via pública, pondo em causa o estacionamento quotidiano dos moradores e comerciantes. O que a

  
Câmara iria fazer, depois da respetiva aprovação, era normalizar o que estava desregulado. Quanto aos funcionários era preciso ver que a Câmara não podia beneficiar os funcionários da ANA, empresa privada, entre outras empresas privadas laborantes, em detrimenos de outras que laboravam no concelho. Realçou que a Câmara Municipal podia e fazia aos seus próprios funcionários criando condições mais acertadas. Deu o exemplo do parque da Estação de Boticas que era abusivamente utilizado por empresas de rent-a-car para estacionamento e que a Metro do Porto teria que regular a utilização deste e doutros parques. Realçou ainda que a Câmara Municipal não estava indisponível para ouvir e perceber quem quer que fosse, designadamente os trabalhadores seja da ANA ou da Groundforce, mas teriam que os colocar em pé de igualdade com todos os trabalhadores do concelho, porque não eram diferentes dos demais.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes** deu nota que antes do inicio da sessão, uma representante de uma empresa que labora na zona entregou um abaixo-assinado, que fará chegar à Câmara Municipal a que lhe era dirigida.

----- Posta à votação o “ Estacionamento na envolvente ao Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro (AIFSC), nas freguesias de Moreira e de Vila Nova da Telha”, foi aprovado por maioria, com trinta e sete (37) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, do Partido Socialista e do Independentes por Vila Nova da Telha, duas (2) abstenções do Bloco de Esquerda e um (1) voto contra da Coligação Democrática Unitária.

**Silvestre Santos Gomes Pereira** usou a palavra para fazer declaração de voto: “todas as razões que foram aqui aduzidas pela CDU, pelas empresas que têm reclamado da ocupação daquele espaço e agora a eventualidade de pagarem parcómetros fazia sentido, e ao fazer sentido merecia também uma análise por parte do Executivo porque os casos não eram todos iguais e o facto de terem funcionários a pagar estacionamento, e de facto eles não eram diferentes de outros trabalhadores do concelho, mas também nas outras empresas do concelho também não tinham o problema do estacionamento. A questão que levanto e era de bom

senso, pensava que esta postura de estacionamento deveria ter um tratamento diferenciado porque o estacionamento na Maia e a avaliar pelos outros concelhos, é extremamente caro nos parcómetros e imaginemos que uma pessoa que ao viajar durante dois ou mais dias, teria que pagar esse período o parcómetro. Se calhar gastava mais no estacionamento do que na própria viagem".

**3.11. Alienação de uma parcela de terreno síta na Rua Frederico Ulrich, número dois mil seiscentos e cinquenta, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública;**

----- Posta à votação a “ Alienação de uma parcela de terreno síta na Rua Frederico Ulrich, número dois mil seiscentos e cinquenta, na freguesia de Moreira, a realizar mediante hasta pública”, foi aprovada por maioria, com trinta e nove (39) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do Independentes por Vila Nova da Telha, e um (1) voto contra da Coligação Democrática Unitária.

**3.12. Protocolo de Cooperação entre a Área Metropolitana do Porto e o Município da Maia no âmbito da formação de públicos estratégicos;**

----- Posta à votação o “ Protocolo de Cooperação entre a Área Metropolitana do Porto e o Município da Maia no âmbito da formação de públicos estratégicos”, foi aprovado por unanimidade.

**3.13. Relatório de ponderação do período de discussão pública do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU do Centro da Maia;**

----- Posta à votação o “ Relatório de ponderação do período de discussão pública do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU do Centro da Maia”, foi aprovado por unanimidade.

**3.14. Primeira revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de dois mil e dezasseis e dezanove e do Orçamento Ordinário para o ano de dois mil e dezasseis dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;**

----- Posta à votação a “ Primeira revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o

*W*  
*MJ*

**quadriénio de dois mil e dezasseis e dezanove e do Orçamento Ordinário para o ano de dois mil e dezasseis dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia", foi aprovado por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação "Sempre pela Maia" e do Independentes por Vila Nova da Telha, e treze (13) abstenções do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária.**-----

**3.15. Ata da Assembleia Geral da "Cooperzoo – Cooperativa Zoológica da Maia, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada", realizada no dia doze de outubro de dois mil e quinze;**-----

----- O ponto foi **RETIRADO** a pedido da Câmara Municipal da Maia para melhor apreciação dos Serviços Camarários.-----

**3.16. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – contrato de educação e formação municipal – denúncia e/ou renúncia;**-----

**Joaquim Jorge Moreira da Silva** cumprimentou todos os presentes, informando que o assunto que trazia era-lhe caro até que já tinham tido uma reunião em setembro sobre o problema da educação; sem prejuízo das justificações que a Câmara Municipal aduzida para a resolução da denúncia ou renúncia do contrato interadministrativo de delegação de competências do contrato de educação e formação municipal e demonstrando a preocupação do Partido Socialista que já tinha suscitado quando votou contra na altura da aprovação do contrato, questionou, sendo certa a extemporedade do momento em que era feito, até porque o modelo que emergia estava ainda com um grau de incerteza, e passado quase um ano, que balanço fazia a Câmara Municipal da adesão, se pressentiu que havia entusiasmo e de repente esse mesmo entusiasmo desvaneceu, quais os motivos.-----

**Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira** prescindiu do uso da palavra.-----

**O Senhor Vice-Presidente, Eng.<sup>o</sup> António Domingos da Silva Tiago**, esclareceu que este contrato tinha sido assinado e entrado em vigor a cerca de um ano, e o resultado nem tinha sido nem bom nem mau, tendo sido um pouco inócuo. A Câmara Municipal tinha-se apercebido que este Governo tinha uma visão diversa do anterior e, por outro lado, a Câmara

também tinha que tomar uma decisão estrutural, nesta altura do ano, que era diligenciar na admissão ou não dos funcionários, dos auxiliares do Agrupamento que estava contratualizado, que era o do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, e isso obrigava que a Câmara Municipal tivesse que decidir também “dar uma volta” em termos internos, a nível dos recursos humanos e de todo o apoio administrativo e financeiro que essa rotação exigiria. Por outro lado, este contrato interadministrativo que foi feito com este Agrupamento teria depois que evoluir numa lógica de evolução para os restantes agrupamentos escolares. Não fazia sentido em todo o concelho só um Agrupamento ser objeto deste contrato e os outros cinco estarem fora deste modelo. Pesando tudo isto, acharam que era prudente e inteligente propor ao Ministério da Educação a denúncia ou a rescisão deste contrato e esperar que este Governo se colocasse em termos de estratégia e neste momento não sabia qual seria. Informou que tinham ocorrido reuniões com representantes do Governo, onde foi dado conta que neste momento ainda não havia uma opinião formada, e achando que a haver, seria divergente daquela que estava em apreço e que iria mais pela descentralização do que pela delegação de competências. Assim, achavam que não valia a pena evoluir internamente, dando passos em falso porque isso poderia criar vários prejuízos; o que era visível ao cabo de um ano era pouco e as responsabilidades atinentes foram em boa parte do Diretor do Agrupamento, os funcionários embora tivessem passado para o Município eram pagos pelo Ministério, considerando que era o momento certo para não dar um passo em falso. O passo dado há um ano atrás tinha sido numa conjectura diversa, com um sentido de evolução, mas neste momento esse sentido estava a ser posto em causa pelo atual Governo. Um dos motivos para a celebração do contrato tinha sido a requalificação de três escolas – EB 2,3 Gonçalo Mendes da Maia, EB 2,3 de Gueifães e EB 2,3 de Moreira – e como tinham conseguido colocar isto no “mapeamento” educativo sem a condição *sine qua non* de continuar neste processo de contrato administrativo, esta rescisão ou pedido de denúncia não colocava em causa a evolução das obras profundas destes três edifícios educativos. Portanto até se ganhava e iriam aguardar por uma posição mais convincente por parte do atual Governo.

*✓  
A*

----- Posta à votação o “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – contrato de educação e formação municipal – denúncia e/ou renúncia”, foi aprovado por maioria, com vinte e nove (29) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, do Bloco de Esquerda e do Independentes por Vila Nova da Telha, e onze (11) abstenções do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária.-----

**Silvestre Santos Gomes Pereira** usou a palavra para fazer declaração de voto: “Quero justificar o nosso voto favorável porque nós não temos duas posições, aquando da discussão da delegação de competências, aqui votámos contra porque considerarmos que o ensino público e apesar de ser municipalizado de algum modo, não era a mesma coisa que o ensino público e portanto administrado publicamente; assumimos a posição no momento de votar contra a delegação de competências; naturalmente, estavam a voltar atrás e temos que votar a favor”.-----

### **3.17. INE – Retorno de Informação Personalizada Municípios;**-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

### **3.18. Documentos de Prestação de Contas dois mil e quinze da Maiambiente – Empresa Municipal de Ambiente, E.M., da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia e da Fundação do Conservatório de Música da Maia;**-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

### **3.19. Relatórios de Gestão e Contas – exercício de dois mil e quinze – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MaiaImo;**-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

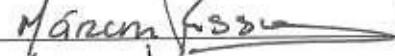
### **3.20. Instrumentos de Gestão Previsional da Maiambiente, E.M. para o ano de dois mil e dezasseis - revisão;**-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora do dia trinta de abril de dois mil e dezasseis, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael. -----

O Presidente: 

A 1.ª Secretária: 

A 2.ª Secretária: 

Maia, 20 de abril de 2016

M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,  
Senhor Luciano da Silva Gomes,

Venho pelo presente, com a máxima consideração e o total respeito pelo órgão que V. Exa. tão dignamente dirige, apresentar a minha renúncia, a partir do dia de hoje, ao mandato de Deputada Municipal, eleita pelo Partido Socialista, nas anteriores eleições autárquicas.

Estou certa de que esta Assembleia Municipal continuará a responder com honra aos desafios do nosso tempo e da Maia.

Atentamente,

Susana Filipa Jorge Pinheiro

Susana Filipa Jorge Pinheiro

Renúncia a Deputada  
do P.S. e vereadora  
dir. poder estatal  
necessita o respetivo  
certificado  
do P.S.  
21/4/16

**Sandra Martins**

---

**De:** Secretariado - Junta de Freguesia de Milheirós [secretariado@jfmilheiros.pt]  
**Enviado:** terça-feira, 26 de Abril de 2016 09:41  
**Para:** 'Assembleia Municipal da Maia'  
**Assunto:** Comunicação de substituição

Exmo Sr. Presidente da  
Assembleia Municipal da Maia  
Senhor Luciano Gomes

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós e representante da mesma nesse Órgão Municipal, venho por este meio e conforme o estipulado na alínea c) do n.º 1 do art. 18º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, comunicar que por impossibilidade de estar presente na sessão do dia 29 de abril, me faço representar pelo meu substituto legal, a tesoureira do executivo, Srª Ana Luisa da Luz barbara Fonseca.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,  
Vítor Fontes

*Substituir  
a fundo  
a reunião*  
*26/4/16*

**Sandra Martins**

---

De: Farinha Bastos [presidente@jfomm.pt]  
Enviado: sexta-feira, 8 de Abril de 2016 18:14  
Para: assembleia@cm-maia.pt  
Cc: amadeuazevedo.secretario@jfomm.pt  
Assunto: Assembleia Municipal - 1 e 2ª Sessão

Meu Caro Amigo Presidente

Recebi hoje a convocatória para a 1ª e 2ª sessão da Assembleia Municipal a realizar respectivamente em 25 e 26 de Abril, mas por estar ausente do país nesses dias agradeço que considerem em minha substituição o Sr. Secretário da JFVMM – Amadeu Alves Azevedo

Respeitosos cumprimentos do Presidente,  
*Farinha Bastos*

**Junta de Freguesia da Vila de Moreira - Maia**

Rua do Divino Salvador de Moreira nº 160

Vila de Moreira - Maia

4470-105 MOREIRA - MAIA

Tel.: 229 478 400 Fax: 229 478 409

**E-MAIL - [presidente@jfomm.pt](mailto:presidente@jfomm.pt)**

*CONFIDENCIAL A utilização indevida do conteúdo da presente comunicação, sem autorização do signatário poderá ter procedimento criminal. Caso não seja o destinatário que se pretende, gratos ficaremos se nos contactarem de imediato.*

**Sandra Martins**

De: Emilia Santos [esantos@psd.parlamento.pt]  
Enviado: terça-feira, 26 de Abril de 2016 11:27  
Para: Assembleia Municipal da Maia  
Assunto: Dispensa de Sessão Ordinária da AMM - Conferência "Poder Local e Desenvolvimento"  
Anexos: PROGRAMA Poder Local e Desenvolvimento.pdf; CONVITE Poder Local e Desenvolvimento.pdf

Estimado Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Senhor Luciano da Silva Gomes

Gostava de colocar à sua superior consideração a minha dispensa à próxima sessão plenária da Assembleia Municipal da Maia, uma vez que no Sábado terei que estar na Conferência "Poder Local e Desenvolvimento", em Alvito, em representação do Grupo Parlamentar do PSD.

Se, de todo em todo, entender que deva estar presente eu deslocar-me-ei na sexta à Maia e regresso no Sábado para Alvito.

Com estima,  
Emilia Santos

*Vai a  
Vila  
fazer  
fim de  
semana  
deputado  
Sandra  
Vila da  
fim de  
charredor e  
Início.*

*26/4/16*



hº

## RECOMENDAÇÃO

Adm

**Pelo fim da violência contra as mulheres**

Permitam-me que comece por citar Maria Lamas, a eminente ativista política e feminista que se demarcou no sec. xx e cujo legado continua a ser uma luz que todas e todos ilumina. "... [Mulheres] As grandes sacrificadas, vítimas milenárias de erros milenários e que, apesar de tudo, continuam a ser as obreiras da vida." [Maria Lamas] ...

"A ideia de escrever *A MULHER NO MUNDO* estava em mim"..." Era como se todas as mulheres que existiram, desde o aparecimento da espécie humana, estivessem presentes, em austera expectativa... E pensava igualmente nas mulheres de hoje, sobre as quais pesam ainda tantas injustiças, ignomínias e amarguras." (do Prefácio de *A MULHER NO MUNDO*, 1952)

A violência doméstica continua a ser um dos crimes com maior número de participações em todo o país: em 2014, as ocorrências foram 27.317 segundo o Relatório Anual de Monitorização do MAI. E isto, apesar de estarem em marcha, entre outras iniciativas, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014- 2017.

Os dados mais recentes do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIIV) da PSP do Porto (que abrange o concelho da Maia), apesar de já longínquos, pois todos os dias há mais e mais casos de violência de género, indicam um agravamento da situação, já que nos primeiros nove meses do ano de 2015 o número de crimes participados, cerca de 1.800, ultrapassou todo o ano de 2014, em que foram registados 1.740 crimes de violência doméstica.

Pensamos que a resignação perante tais crimes pode configura-se como cúmplice. Teremos, pois que erguer a nossa voz num clamor audível nos interstícios mais profundos e longínquos do nosso tecido social.

Não nos podemos resignar com esta situação. A violência de género tem de ser encarada como um problema político, um problema de cidadania, um problema de direitos humanos de que os municípios não se podem alhear.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia reunida em 29 de Abril de 2016, tendo em conta a continuação de tal ignomínia, RECOMENDA ao Executivo:

**- que dê uma maior atenção a esta matéria e implemente, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, um plano de combate eficaz à violência doméstica e de género.**

Os deputados municipais do Bloco de Esquerda

Luísa Oliveira

(M<sup>a</sup> Luísa Oliveira)

(Silvestre Pereira)

Bloco de Esquerda



Saudação ao 1º de Maio

Neste 1º de Maio assinalamos os 130 anos dos acontecimentos de Chicago, uma ação pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida pelas autoridades norte-americanas, com a condenação à morte de quatro dirigentes sindicais e o assassinato de dezenas de trabalhadores. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

No nosso país este 1º de Maio de 2016 tem um significado especial. É o tempo de valorizar o trabalho, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões, lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos.

Em 4 anos e com a aplicação do chamado programa de ajustamento definido por instituições da U.E., foram cortados salários e pensões, foi aumentado o tempo de trabalho não pago. Dados de 2014 indicam que o preço médio da mão-de-obra por hora (13,1 €) é praticamente metade da média da U.E (24,6€/hora), muito abaixo da França (34,6€), da Bélgica (39,1€), da Alemanha (31,4€) ou da Dinamarca (40,3€). E ocorreu a diminuição brutal do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.274.032 trabalhadores em 2010 para apenas 194.538 trabalhadores em 2013).

É pois, hora de repor salários e condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e defender e conquistar direitos sociais e laborais. É pois, hora de dinamizar a contratação coletiva, elemento essencial para dignificar o trabalho.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2016, ~~deu~~ Saudar.

– Saudar o 1.º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril. E manifesta a sua solidariedade neste dia do trabalhador no apoio às comemorações assinaladas de Norte a Sul do nosso país do Dia Mundial do Trabalhador, pela recuperação de salários, das pensões e o fim da austeridade, pela exigência de que o destino do nosso país a nós pertença, enfrentando as imposições da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.

O Grupo Parlamentar Municipal do Bloco de Esquerda

Maia, 29 de Abril de 2016

Silvestre Pereira

*Leandro Pereira*

Luisa Oliveira

*Maria Oliveira*

**Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Maia e demais elementos da Mesa**

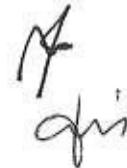
**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, demais executivo**

**Exmos. Senhores Vereadores**

**Exmos. Senhores Deputados Municipais**

**Exmos. Senhores Presidentes de Junta**

**Minhas senhoras e meus senhores**

1<sup>o</sup>

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

**Pelo 78º aniversário do**

**FOLGOSA DA MAIA FUTEBOL CLUBE**

Fundado oficialmente a 29 de Março 1938, o Folgosa Maia Futebol Clube, realizou no passado dia 02 de Abril, o seu jantar de confraternização de sócios e simpatizantes a propósito do 78º aniversário. Desde já se destaca a boa gestão do Clube que movimenta mais de duas centenas de atletas em todos os escalões, cerca de meia centena de técnicos e dirigentes. Estiveram nesse jantar perto de 350 associados e simpatizantes.

Além de promover a prática de desporto, O FMFC é um agente importante na ocupação dos tempos livres dos nossos jovens e ainda divulgador do movimento associativo do nosso concelho. É com orgulho: o Clube de Futebol da minha freguesia e do qual sou associada.

O voto de congratulação apresentado vem ainda e a propósito, de em Dezembro do último ano esta colectividade se ter unido a duas associações de solidariedade social da Maia, num evento de angariação de bens alimentares para os mais desfavorecidos nas próprias instalações da coletividade. Assim, decorreu a 12 do Dezembro o Primeiro Encontro Social e de Solidariedade do Folgosa da Maia Futebol Clube com Associação Criança Diferente e Fundação Lar Evangélico.

Desta forma não podia deixar de ser feito este Voto ao qual se pede a anuência de V.As Ex.As.

Aproveito para divulgar que a 4 de Junho e tendo como proximidade do Dia Mundial da Crianças, o FMFC realizará um evento, no qual receberá todas as crianças das EB 1 das Freguesias de Folgosa, S. Pedro de Fins e ainda das EB 1 da União de Freguesias do Coronado, no concelho vizinho, onde o desporto e vida saudável serão o tema, para além de diversas actividades estarão disponíveis insufláveis para as mais variadas brincadeiras.

**P/la Bancada do Partido Socialista**



## VOTO DE LOUVOR

3º

AP  
AFV

Aos atletas, treinadores e dirigentes do Acro Clube da Maia pela prestação nos Campeonatos do Mundo de Ginástica Acrobática, que decorreram em Putian, China, entre 23 de março e 3 de abril de 2016.

A prestação dos 17 ginastas maiatos, que defenderam as cores nacionais foi culminada com a conquista de uma medalha de ouro e duas de bronze.

O par feminino Joana Moreira / Rita Ferreira sagrou-se campeão do mundo no grupo de idades 12-18 anos e, no mesmo grupo de idades, 12-18, a quadra masculina Henrique Silva/João Pereira/Henrique Piqueiro/Miguel Silva conseguiu a medalha de bronze, com a melhor nota artística de toda a prova.

A outra medalha de bronze foi conquistada pelo par feminino Beatriz Carneiro/Bruna Gonçalves, no grupo de idades 11-16 anos.

Face ao exposto, a Coligação "Sempre pela Maia" apresenta, na 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2016, um VOTO DE LOUVOR aos atletas, treinadores e dirigentes do Acro Clube da Maia, envolvidos nestas prestigiantes conquistas.

Que deste voto de louvor, sendo aprovado em plenário, seja dado conhecimento ao Acro Clube da Maia, particularmente aos atletas, treinadores e dirigentes envolvidos nesta competição.

Maia, 29 de abril de 2016.

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação "Sempre pela Maia".



(Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira)

**VOTO DE LOUVOR**

(2)

✓

Aos atletas, treinadores e dirigentes do Clube de Karaté da Maia pela prestação nos Campeonato Nacional de Clubes, que decorreu em Coimbra, no passado dia 9 de abril.



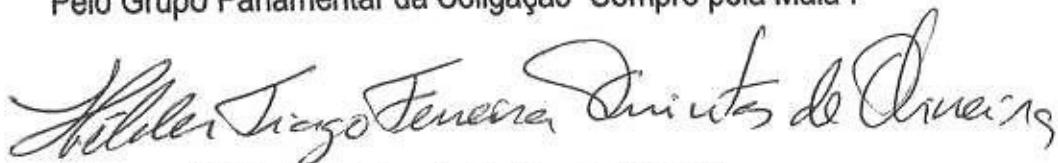
O desempenho dos atletas do clube maiato traduziu-se na conquista de 8 pódios e 4 títulos nacionais, no XX Campeonato Nacional de Clubes, organizado pela Federação Nacional de Karaté.

Face ao exposto, a Coligação "Sempre pela Maia" apresenta, na 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 2016, um VOTO DE LOUVOR aos atletas, treinadores e dirigentes do Clube de Karaté da Maia, envolvidos nestas prestigiante conquistas.

Que deste voto de louvor, sendo aprovado em plenário, seja dado conhecimento ao Clube de Karaté da Maia, particularmente aos atletas, treinadores e dirigentes envolvidos nesta competição.

Maia, 29 de abril de 2016.

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação "Sempre pela Maia".



(Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Ex.ma Sr<sup>ª</sup>  
Secretária

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara e Exmos Senhores  
Vereadores aqui presentes

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados Municipais  
Estimados Maiatos aqui presentes

*NP abr*

Na passada sexta-feira, 22 de abril foi assinado um protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional, o Ministro-Adjunto, o Ministério da Educação e o Município da Maia para a implementação do "Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz".

Este é um referencial que foi elaborado em conjunto pelo Instituto de Defesa Nacional e a Direção Geral de Educação e que a partir do inicio do próximo ano-letivo estará disponível para que os alunos de todas as escolas da Maia desde o pré-Escolar até ao Ensino Secundário possam explorar.

O Ministério da Defesa Nacional, através do Instituto de Defesa Nacional, assumirá a articulação com o Município da Maia e os Agrupamentos de Escolas do Concelho, de um plano de implementação do referencial, assim como, assegurará a formação devidamente creditada para todos os docentes envolvidos no processo. Ao Ministério da Educação através da DGE, caberá a colaboração nas atividades de formação para docentes, e a salvaguarda da articulação deste Referencial com os documentos curriculares em vigor e de aspetos adequados aos diferentes níveis de ensino.

Por sua vez o Município da Maia colabora na medida das suas atribuições: incentivando, apoiando a integração deste referencial no Projeto Educativo concelhio, assim como, as iniciativas relevantes da sociedade civil relacionadas com a promoção de uma cultura de segurança, da defesa e da paz.

O Município da Maia dá assim, mais uma vez, um passo importante na promoção de uma Educação Integral com visão de Futuro.

Os objetivos latentes neste Referencial, com conceitos abrangentes como a Cultura de Segurança e Cidadania são:

- Aquisição de competências para a ação cívica;
- Aquisição de competências inter-pessoais e sociais;
- Compreensão de valores sociais e políticos, da identidade nacional e do enquadramento do cidadão, visando a promoção da paz e prevenção de conflitos;
- Construção de regras e de resolução pacífica de conflitos, respeito pelos direitos humanos e as diferenças entre os indivíduos;
- Enquadramento ético normativo e político, a nível nacional e internacional, para a melhor compreensão da inserção de Portugal no mundo, considerando a história e as transformações da sociedade atual;
- Reconhecimento dos princípios expressos na Constituição Portuguesa e nos documentos internacionais relativos aos direitos humanos;
- Compreensão da mundialização e interdependência e de conceitos e estruturas como a ONU – Organização das Nações Unidas,

OTAN – Organização do Tratado Norte Atlântico, OCSE – Organização para a Cooperação e Segurança na Europa, UE – União Europeia;

-Interiorização do dever de solidariedade no seio da comunidade em que se insere;

-Desenvolvimento de uma cultura de segurança e capacitação para a autoproteção, num enquadramento democrático respeitador da justiça social.

O ensino da Cidadania, Segurança e Defesa constitui um desígnio fundamental na promoção de atitudes e comportamentos de civilidade e segurança.

A cidadania ativa, com exercício de deveres e respeito pelos direitos, do próprio e de terceiros. Desta forma, a educação da Cidadania, Segurança e Defesa promove o desenvolvimento humano e, consequentemente, da comunidade em que o individuo se insere.

Desta forma, na Maia, investe-se na educação para além da literacia e domínio das ciências básicas, com a aquisição de conhecimento, competências, atitudes e valores conducentes a uma vivência digna e participativa na sociedade. Esta realidade, promotora da justiça social e, por sua vez, a justiça económica e política, é fundamental para a paz. Assim, a educação é a arma mais poderosa para a paz.

Realçando a importância do passo que esta edilidade deu na promoção da consolidação do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, para a promoção de mais e melhor desenvolvimento das suas crianças e jovens, relembramos, hoje em Abril "aquele Abril" de 1974, reforçando os Valores de Democracia, Cidadania e de Liberdade. Esta é uma excelente forma de continuarmos a perpetuar o nosso valor enquanto nação, enquanto cidade: reforçarmos a consciência de que o importante a guardar ~~em~~ connosco é a noção de que o importante é "Menos Abril na boca e mais Abril no coração".

Disse.

A Deputada Municipal eleita pela "Coligação Sempre Pela Maia"

Susana Filipa Coelho Rafael  
Maia | 29 de abril | 2016



Concelhia da  
**Maia**

**Partido Socialista**

Grupo Assembleia Municipal

5º

afu

**Voto de Louvor**  
(Acro Clube da Maia)

O Acro clube da Maia, desde a sua fundação em dezembro de 2004, tem desenvolvido em prol da prática desportiva na modalidade de ginástica um trabalho de enorme qualidade, reconhecido a nível nacional e também, já internacional.

Decorreu de 23 de Março a 3 de Abril, em Pitain, na China, o Campeonato do Mundo de Ginástica Acrobática 2016.

A Maia e o País, esteve representado por 17 ginastas, de realçar que a equipa é constituída por crianças e adolescentes com idades entre os 11 e os 19 anos, todos com formação no clube.

Em termos de resultados os nossos atletas obtiveram 1 medalha de Ouro e 2 de Bronze.

No escalão 12-18, o Par Feminino Rita Ferreira/Joana Moreira, após ter ficado em 2º lugar nas preliminares, na final obteve 27.750 pontos no esquema de Combinado, valendo-lhes o 1º lugar e a consequente MEDALHA DE OURO, arrecadando o título de Campeões do Mundo, que se acrescenta ao título de Campeões da Europa no escalão 11-16.

No mesmo escalão, o Grupo Masculino Henrique Silva/Henrique Piqueiro/João Pereira/Miguel Silva, que havia passado à final na 4ª posição, no esquema de Combinado obteve 27.650 pontos, o que lhes valeu a terceira posição do pódio e a consequente MEDALHA DE BRONZE, ficando apenas a 0.1 pontos do 1º lugar e igualando o terceiro lugar obtido no Campeonato da Europa de 2015.

No escalão 13-19, o trio Feminino Francisca Maia/Joana Canada/Beatriz Costa, apesar de terem realizado dois bons esquemas, não conseguiram apuramento para a final em que competiam, terminando num honroso 10º lugar. Estas ginastas são as atuais Campeões da Europa de Dinâmico. De notar que anteriormente haviam competido, no escalão 11-16, o Par Feminino Beatriz Carneiro/Bruna Gonçalves, que obteve a Medalha de Bronze, e o Trio Feminino Carolina Moreira/Filipa Patrocínio/Francisca Maia.

Os Ginastas são acompanhados pelos Treinadores Lourenço França e João Ferreira e pela coreógrafa Úrsula Martins.

O feito dos atletas do Acro Clube da Maia constitui um motivo de grande orgulho para todos os Maiatos, sendo inteiramente justo louvar publicamente o esforço, dedicação e empenho dos atletas, técnicos, dirigentes, pais e encarregados de educação, constituindo este feito um grande orgulho para o concelho da Maia.

*MP* *✓*

Assim, considerando o meritório trabalho desenvolvido por este clube em prol da ginástica acrobática e o orgulho que tal feito representa para os Maiatos, propomos que a Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária, no dia 28 de Abril de 2016, aprove um voto de louvor ao Acro clube da Maia

Que deste voto de louvor seja dado conhecimento publico e que o mesmo seja enviado ao Clube.

Maia, 29 de Abril de 2016

Pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia de Municipal da Maia

## INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome

Aníbal Matos

Morada

Rua da Cabeira 10 - 4475-012

Freguesia

Braga / Castelo da Pousa

Código Postal

4475-012

Contato telefónico

966055857

E-mail

Anibalmatos@gmail.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

**Descrição do assunto:**

Abor da evolução de Dívidas a Pessoas Físicas  
da Assembleia Municipal em 25/6/2014

Maia, 29/6/2016

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p><b>Período de Intervenção do público</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li><li>2. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li><li>3. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li><li>4. O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li></ol>	<p><b>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li><li>2. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o nº 3 do citado artigo 42.º</li><li>3. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li></ol>



## INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome MANUEL JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA

Morada RUA ARTUR NAPOLITÃO N.º 111 FFLC 1250

Freguesia SRA DA HORA

Código Postal 4460-241

Contato telefónico 914750715

E-mail manuel.sousa.2@gmail.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Nº 13  
adv.

Descrição do assunto:

- DIFICULDADE NA ENTREGA PROCESSIONAL  
- DIFICULDADE EM TELIZENAR.

Maia, 29/04/2016

(Assinatura) Manuel José Gonçalves de Sousa

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p style="text-align: center;">Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li> <li>O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li> <li>Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li> <li>O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li> </ol>	<p style="text-align: center;">Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li> <li>Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.</li> <li>Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li> </ol>

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da  
Maia

Ex. ma Sra. Presidente da Assembleia

Ex. mos Srs. deputados

Meus senhores e Senhoras

~~- DIFICULDADE NA ENTREGA PROCESSUAL, ETC.~~

- 1 Sou um Maiato-sinhos, com idade dos 11 aos 16 anos fui morador na Rua de Rebordãos,- lugar de Ardegais ou Moutidos, freguesia de Águas Santas, zona rural, sou filho de camponês trabalhei no campo.  
Com idade de 16 anos, fomos morar para lugar de Esposade - freguesia de Custóias.

Sr. Presidente, o sistema da recepção da entrada na Câmara Municipal da Maia, é praticamente o mesmo á cerca de 17 anos.

As Reuniões Técnicas eram realizadas no 3º piso, hoje Policia Municipal.

Com a Construção da Torre, é lógico que foi necessário deslocar para os pisos parte dos Srs. Funcionários, ~~Técnicos, etc.~~

E o Sr. Presidente mostrou não ter medo porque ocupa o mais alto 18º piso, mas notamos que ainda há correções a fazer

- 2- Quando um técnico, entra pela porta principal, tem que se deslocar ao balcão aonde estão dois Srs. Seguranças, identificar-se, ou seja exibir a sua identificação pessoal, á pouco tempo a esta parte, era obrigatório deixar um documento pessoal, cheguei a deixar a cédula profissional.

Vai ao átrio e retira uma senha de obras particulares, neste átrio, tem vários sofás, que também têm a mesma idade, quando nos sentamos ficamos com os joelhos perto do nariz, os ocupantes sentam-se sempre na parte de fora, porque depois de se sentarem tem que fazer um grande esforço para se levantarem.

Após fazer a entrega processual, e se tiver que efetuar o pagamento de uma taxa, em dinheiro, tem que percorrer novamente o corredor, passar pelo Sr. Segurança, e ir á tesouraria, que fica situada lado esquerdo da entrada principal.

Se necessário voltar novamente á secção da entrada processual, pegar na sua tralha e sair, isto é anda a passear os sapatos

No caso de se deslocar á torre, para falar com um Técnico relacionado com a consulta, ou dúvidas processual, tem que obrigatoriamente, subir três degraus, identificar-se, ao Sr. Segurança, descer os degraus, subir pelas escadas ou no elevador.

Proponho uma sugestão, a tesouraria é uma secção com cerca de 09,00m<sup>2</sup>, mas a Sra. telefonista tem uma secção com cerca de 30,00m<sup>2</sup>

Mesmo em frente da tesouraria tem uma secretaria, porquê o Sr. Presidente não determina para que os técnicos, aquando da entrega processual, esteja toda centrada num local único, aonde não seja necessário a identificação, e se ande a passeara os sapatos.

✓ ✓

3- No Mês de Novembro de 2015, encontrei-me com um colega, num Gabinete sito na Foz - Porto, aonde comentou que também tem dificuldades na entrega processual, na Câmara Municipal da Maia, tem que se deslocar várias vezes, motivo as Sras. funcionárias só terem autorização da parte da chefia, para fazerem a descarga, da pen para o computador.

Dão instruções, ao técnico, para transportar o seu portátil, para que no caso de estarem peças em falta, possa corrigir numa mesa, na sala de atendimento.

É lógico, que a Sra. funcionária, tem que se levantar e vir á presença do técnico, mas só quando não tiver a atender um munícipe.

Isto acaba por enervar, quem está á espera, e seria mais rápido, a Sra. funcionária colaborar,

6- Em data de 20 de Novembro de 2015, telefonei e falei com Dna Paula, que me informou, para alterar a entrega processual em formato digital era da responsabilidade Sra. Arquitecta Susana Pimento.

Contactei a Sra. Arquitecta, a resposta foi , as ordens partem do Sr Dr. Morais

Telefonei entre os dias 20 a 23 de Novembro de 2015, a resposta foi que o Dr. estava para o exterior, ~~acredito que é verdade~~ -

Atendeu a Sra. Dra. Sofia Brígido, muito atenciosa, mas a sua resposta foi que de facto as ordens que as Sra funcionárias têm é de transportara da pen para o computador da Câmara Municipal.

7- Como é lógico, se o Sr. Presidente determinar, que dos cinco balcões de Atendimento aos munícipes, pelo menos, um colabore, porque o técnico, trás o Cartão de Cidadão, o código para a assinatura digital, e a Sra. funcionária, mostra no monitor, em formato PDF , e em DWFX, , não compromete a Câmara Municipal porque a responsabilidade é de quem assina.

Como se pode presenciar nem todos os Técnicos têm o Gabinete próximo da Câmara Municipal da Maia.

4- Elogiou, as Sras. funcionárias da Câmara Municipal de Matosinhos, o Técnico é o mesmo, a forma da entrega processual é a mesma, mas a maneira de atendimento, e colaboração, é totalmente diferente,

Vai á Câmara municipal com a sua pen, uma só vez e volta com a entrega processual resolvida.

Qual o motivo do sistema na entrega processual não ser o mesmo em todas as Câmaras, o programa é o mesmo os operadores é que são diferentes

5- Tenho a dizer que, ~~no mês de outubro de 2015~~ <sup>agosto de 2015</sup> na entrega Processual, ainda em papel dois Processos, a postura das Sras. Funcionárias, no atendimento, obras particulares foi muito bom.

6- Quando telefonamos é difícil conseguir ligação, no dia 08 de março de 2016 telefonei desde as 15h26 até ás 15h52 não atenderam esperei cerca de 25 minutos, hoje algumas Câmaras, já tem instalado o sistema, de atendimento

telefónico, por gravação, isto é telefona, o gravador imite uma série de opiniões sugestões,

1- Atendimento geral

2- Polícia Municipal

3- Contabilidade

4- Gabinete da Presidência etc., e logo de seguida faz a ligação, problema resolvido

4 - A Câmara Municipal da Maia, tem que ser conhecida pela melhores razões, Segundo a afirmação de um parente meu, o Sr. Presidente, pela 07H00 da manhã costuma tomar o seu pequeno almoço na confeitoria em frente á Câmara Municipal, isto significa que o Sr. Presidente não espera pelas 09H00, para o porteiro lhe abri a porta o Sr. Presidente é um bom exemplo a seguir.

Sr. Presidente, vamos trabalhar para que a Câmara Municipal da Maia, seja a melhor Câmara Portuguesa, e não conhecida, pela Câmara das dificuldades. temos que ser pioneiros,

Sr. Presidente hoje dirigir uma Câmara Municipal Parece difícil mas, não é fácil..

que DEUS abençoe Portugal e a cidade da Maia.

Que DEUS Abençoe, O Sr. Presidente da Câmara, Vice presidente, a Sra. presidente da Assembleia, os Srs. Deputados.

Que DEUS dê sabedoria ao Sr. Presidente da Câmara aos Srs. Deputados para que a cidade de Maia seja a melhor cidade Portuguesa.

Que DEUS abençoe a todos.

Manuel José Gonçalves de Sousa

Documento 19  
Apresentado  
na reunião  
de 29/4/16  
afs

## INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Susana Ribeiro Alves

Morada R. Jardim 10-45

Freguesia Hilheiros

Código Postal 4475-386

Contato telefónico 9646 86374

E-mail \_\_\_\_\_

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Escola Primária EB1 JI Ribeira das Cruzes ✓

Centro Escolar Guifões - Jemoin ✓

Passeios circundantes da Igreja de Guifões

Maia, 29/4/2016

(Assinatura) Susana Ribeiro Alves

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p><b>Período de intervenção do público</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li><li>2. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li><li>3. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li><li>4. O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li></ol>	<p><b>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li><li>2. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º.</li><li>3. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li></ol>

# Resumo da reunião com a Associação de pais da escolha EB1/J1 Monte das Cruzes

13 de fevereiro de 2014 às 21:25

Para 2 destinatários

Bom dia Sra. arquiteta Susana Carvalho,

A Associação de pais da escola EB1/J1 do Monte das Cruzes, após a reunião com a Sra. arquiteta no passado dia 11-02-2014 com o objetivo de sensibilizar a câmara da Maia para alguns problemas existentes na nossa escola, vem desta forma formalizar os pontos abordados:

- 1/ Colocação de um ponto de água na frente da escola de forma a podermos requalificar assim como facilitar a manutenção do espaço exterior, ajardinando.
- 2/ Colocação de uma rede + alta no espaço desportivo de modo a impedir a saída das bolas para o exterior da escola
- 3/ Criar um acesso ao sotão da escola para este funcionar como arrecadação pois estamos muito limitados.
- 4/ Projecto e orçamento de um coberto para o espaço desportivo pois a nossa escola neste momento não tem qualquer espaço exterior coberto para as crianças poderem ter a atividade de educação física em tempo de chuva. Actualmente fazem-na nas salas de aula e como calcula o espaço é de todo limitado até pela existência e localização das mesas e cadeiras.

Muito obrigada pela disponibilidade demonstrada em ouvir-nos e estudar em conjunto as soluções possíveis.

Penso e esperamos que este registo simbolize um ponto de partida muito importante na resolução destes problemas de fundo.

Na certeza de que merecerá a sua melhor atenção, subscrevemos-nos

Com os melhores cumprimentos

Susana Alves

Telm. +351 964 686 374

P Before you print think about the Environment

*Exma Sra Susana Alves*

Documento 15  
Protocolo de  
Requerimentos ordinários  
de 29/4/16

## INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome

Nelson Cruz Vargas

Morada

AV. 64 GO COUTINHO, 92

Freguesia

J.N. TELHA

Código Postal

4470-412

J.N. TELHA

Contato telefónico

913497304

E-mail

nelsonvargas@gmail.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

→ Esclarecimento sobre sistema (abv) de cobrança de taxa dos bairros sólidos

→ Pedaços/medistâncias de WC's no Parque de Bitus (J.N. TELHA) e reclamação para um parque infantil melhor

Maia, 29/4/2016

(Assinatura)



Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"><li>No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público.</li><li>O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos.</li><li>Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido.</li><li>O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão.</li></ol>	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"><li>A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento.</li><li>Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o nº 3 do citado artigo 42.º.</li><li>Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.</li></ol>

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros,  
Exmo. Sr. Presidente (ou seu representante) da Camara Municipal da Maia;  
Exmo. Senhores Vereadores e Deputados,

AP  
afv

Volto a intervir neste órgão municipal, como cidadão maiato de direito, porque entendo merecer uma resposta concreta (dado que a Maiambiente não dá) e pendente de intervenção anterior e, adicionalmente, aproveito esta oportunidade para recordar os presentes e executivo da Câmara da Maia para um problema antigo já reclamado mas, infelizmente, está esquecido. A primeira é relativa à vossa falta em prestar informação relativamente ao sistema de recolha dos resíduos domésticos, e a segunda, relativa a um problema relacionado com a inexistência de sanitários no parque de Quires:

1º) Para ajudar o meu esclarecimento e face a vossa resposta sobre a implementação do "novo" sistema tarifário para a recolha/tratamento dos resíduos domésticos, volto a colocar, muito direta e especificamente, as questões que não foram respondidas:

- Para quando o novo esquema de taxas, tanto publicitado no passado e como vai funcionar?
- Existe solução para os cidadãos que não têm espaço/condições para acomodar os contentores no interior da sua propriedade, cumprindo as regras de higiene?
- Onde estão registados (contabilisticamente) os valores de contrapartida (pela venda ou compensação da sociedade ponto verde), referente aos resíduos separados, pelos municípios da Maia, para a reciclagem?

2º) É uma necessidade básica a colocação de WC e que seja melhorado o espaço infantil, no Parque de Quires (também conhecido por Jardim de Quires) – este parque público é das poucas (ou única) infraestrutura, desta natureza e dimensão (área com cerca de 17.000 m<sup>2</sup>), no Concelho da Maia que não tem WC's públicos e com um limitado parque infantil (3 molas + 1 pequena roda para crianças dos 2-8 anos e uma estrutura modular/combinado para crianças dos 8-14 anos). Ao contrário do referido no portal da Maiambiente, esta zona não apresenta diversão para os mais pequenos porque faltam os equipamentos adequados, para além, dos equipamentos existentes apresentarem diversos problemas de conservação há vários meses (mola com assento partido, roda que não gira e um dos suportes de passagem na estrutura modular encontra-se partido).

Recordo os presentes que se trata de um local com forte utilização por crianças pequenas, praticantes de atividades desportivas e idosos, para além, dos centros de estudos/ATL's das localidades das proximidades e outras entidades utilizarem para usufruto dos seus utentes, pelo que, a nossa Camara Municipal deve colocar os equipamentos adequados no parque infantil ao público e, fundamentalmente, fazer a instalação de WC's no parque.

Obrigado.

Nelson Vergas  
nelson.vergas@oninet.pt / 960 280 542  
Avenida Gago Coutinho, nº 92; 4470-412 Vila Nova da Telha

Nelson Vergas



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Document 16  
3.2

1º Enviado mail  
Reunião ordinária  
de Julho/16

ap

22/6/16

Assembleia Municipal da  
Maia  
Entrada nº 28  
Em 22/04/16

S-4992/2016  
Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Paços do Concelho  
MAIA

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência Data  
S-4992/2016 2016/04/21

Assunto: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL.

NIPG: 20014/16

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Exa. e através de V. Exa. à Exma. Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Atividade do Município vai ser presente à Assembleia Municipal aquando e na circunstância da realização da sua 2ª Sessão Ordinária do ano de 2016.

Neste momento, e após o breve espaço de tempo decorrido entre a última vez que me dirigi, por escrito, à Assembleia Municipal, gostaria de salientar um ou outro aspecto em que se traduziu a nossa acção e a nossa vida coletiva:

1 – No dia 16 de Março, contratualizámos com a Autoridade de Gestão do "Norte 2020" a verba que, via FEDER, nos será atribuída no âmbito do investimento que levaremos

O.A. (mmaia) 2016/04/21

Página 1 de 12



*[Handwritten signatures]*

a efeito através e enquadrado pelo PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Maia que elaborámos e colocámos à apreciação da Autoridade de Gestão.

A nossa capacidade prospectiva – somente possível mediante o estrito e especioso conhecimento do nosso território e das nossas Gentes –, bem como a ambição que sempre colocamos no nosso dia a dia, conduziu a que apresentássemos, em sede de candidatura, um elevadíssimo conjunto de projetos que, nas suas três vertentes ( PAMUS, PARU e PAICD ), carreou a uma estimativa orçamental de 125.192.176 € a que corresponderia uma verba FEDER de 106.413.350 €, o que, e após análise por parte da Autoridade de Gestão, foi bem aceite.

Todavia, e tendo em conta o volume de investimento que foi apresentado pelo conjunto das outras entidades municipais, conjugado com a verba que foi disponibilizada para o "Norte 2020", a Autoridade de Gestão procedeu ao seu rateio, tendo-nos sido alocado um montante de 19.000.000 €..

Tendo sido o possível, ficámos muito satisfeitos com isso, pois tal representou o reconhecimento de que a nossa candidatura era uma boa candidatura. No entanto, todas as nossas elencadas ações ficaram elegíveis para uma eventual reprogramação e reforço de verbas a nos serem atribuídas em razão de folgas que o programa global venha a apresentar.

Como informação complementar deixaria que estes dezanove milhões de euros serão repartidos da seguinte forma:

PAMUS ( Plano de Ação De Mobilidade Urbana Sustentável )	12.010.000 €
--	--------------

PARU ( Plano de Ação para a regeneração Urbana )	3.990.000 €
--	-------------



*✓*  
*DR*  
*Adm*

PAICD ( Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas) 3.000.000 €

2 – No dia 2 de Abril inaugurámos o conjunto edificado que, e em regime de comodato, passará a estar ao serviço da "Banda Marcial de Gueifães" como sua sede e local de ensaio.

Este investimento municipal, sendo pecuniariamente bastante significativo, adquire grande relevância pois, em si mesmo, traduz e releva a primordial importância que o Município atribui ao ensino e à divulgação da Música no nosso Concelho.

E, no caso da Banda Marcial de Gueifães, o reconhecimento municipal do decisivo contributo que dá para a vida social da nossa Comunidade e, bem assim, pela divulgação que faz do Concelho nas inúmeras atuações que faz por todo o País. É que tendo sido fundada no ano de 1837 ( tem hoje a provecta idade de 179 anos ) é a Associação mais antiga do Concelho.

Por isso, e também em razão de tudo isso, estivemos sempre disponíveis para ajudar e estivemos sempre abertos para colmatar e ultrapassar dificuldades de que lembraria, entre outros apoios, os concedidos para a aquisição de instrumentos musicais, bem como para fardamentos e a disponibilização de espaços para sediação de suas atividades. Por outro lado fomos acompanhando, acarinhandando e sobejas vezes parte liderante nas várias soluções que, ao longo do tempo, foram sendo equacionadas para instalar condignamente a Banda Marcial.

O edifício municipal agora inaugurado resulta da beneficiação e ampliação da antiga Cantina Escolar Ana da Fonte. Esta solução que foi possível construir para albergar a Banda



*JK*  
*AP*  
*AP*

Marcial de Gueifães é uma solução muito feliz pois dá uso a um equipamento que já era dedicado ao ensino e que agora acolhe, com grande dignidade, no centro de Gueifães, uma agremiação de vital importância e de reconhecido significado para toda esta Comunidade.

Como breve caracterização referiria que no edifício da antiga cantina passa a estar disponível uma sala de ensaio para 65 executantes e instrumentos de grande porte, uma sala para a Direção, sala de reuniões, um bar/cozinha e instalações sanitárias. O edifício que constitui a ampliação recebe a área da escola de música sendo composto por quatro salas de aula individuais, sala de aula coletiva e casas de banho. Tudo isto envolvido num grande espaço ajardinado constituindo uma zona muito aprazível.

Já agora uma nota para referir que este equipamento, e na expressão que tem, só foi possível porque há uns anos a Câmara Municipal, no âmbito de um Plano que desenvolveu para essa zona da então freguesia de Gueifães, adquiriu terrenos, construiu o arruamento ( Rua de Aristides de Sousa Mendes ) e libertou um lote de terreno para ai ser construída a "USF Lidor" que veio substituir a decrépita Unidade de Saúde que estava ao serviço da População. Em poucos anos, o Centro de Gueifães, no respeita à sua vivência, teve um salto qualitativo que é deveras assinalável, a que também não é estranha a muito importante intervenção que realizámos na Escola Príncipe da Beira ( beneficiação e ampliação ) transformando-a num espaço dedicado à cultura.

3 – Na área dos transportes duas circunstâncias que nos são exteriores tiveram impacto no nosso espaço municipal, uma limitada no tempo e outra de carácter mais estrutural, sobre as quais tive oportunidade de intervir e de tomar posições públicas, como bem conhecerão.



*[Handwritten signatures and initials: JM, RA, and others]*

Refiro-me à interrupção viária na A-41 e à situação gerada pela TAP quanto à sua nova política de disponibilização de rotas a partir do aeroporto de Francisco de Sá Carneiro.

3.1) – A situação vivida na A-41 ( uma derrocada da plataforma viária em razão do colapso de uma passagem hidráulica ) foi para nós deveras estranha em razão do comportamento da entidade concessionária da via. Ignorou por completo os Poderes Municipais não prestando qualquer informação, não coordenando e não articulando esforços, não satisfazendo as nossas solicitações com vista a minorar impactos e procedendo de forma absolutamente autocrática nos desvios e na sinalização de percursos alternativos.

E não se colhiram da cobrança das portagens apesar da nossa insistência, porque lógica, de sua isenção durante o período de intervenção.

Parece estar-se perante a criação de um outro Poder que a ninguém responde. É de lamentar.

3.2 ) – Quanto à TAP, e à sua redefinição de rotas a partir de Pedras Rubras, considero como positiva a constituição da designada "ponte aérea" com o aeroporto de Lisboa, o que vem na linha do existente um pouco por toda a Europa. Todavia, não poderá servir como argumento para a redução do número de ligações internacionais, e em especial para destinos que são fulcrais para o tecido empresarial do Norte do País.

Bastará referir que os voos eliminados apresentavam taxas de ocupação superiores a 80% o que diz bem da sua importância, pelo que, no mínimo, será incompreensível e injustificável. É que sendo a Região Norte a mais exportadora do País e também a mais transformadora, necessita de respostas ao nível do transporte aéreo que sejam rápidas e



*[Handwritten signatures and initials: JM, M, and others]*

facilitem as viagens de negócios, por forma a potenciar a competitividade das empresas nortenhas. Isto para além da questão do Turismo.

Mas e se nos ativermos somente à Maia, lembraria que as cerca de 20.000 empresas cá instaladas – 15.000 radicam aqui a sua sede social –, têm um volume de negócios global que significa cerca de 4% do PIB nacional.

Ora a TAP, sendo uma companhia detida a 50% pelo Estado Português, não poderá ignorar esta realidade.

Se a infraestrutura aeroportuária de Lisboa está perto do seu limite e o aeroporto Sá Carneiro ainda tem margem de crescimento, num País em dificuldades como o nosso, não deveria acontecer o contrário? Isto é, a ponte aérea não deveria servir para trazer passageiros de Lisboa para que, do Sá Carneiro possam deslocar-se para outros destinos internacionais, rentabilizando ao máximo as duas infraestruturas aeroportuárias?

4 – O projeto que, em tempo oportuno, concebemos da construção de um Complexo Municipal dedicado em exclusivo à Ginástica, dotado de todas as necessárias valências e equipamentos para o bom desenvolvimento dessa atividade, tem dado os frutos que nem nas melhores cogitações poderíamos elencar vir a atingir.

Este equipamento – que será um dos melhores da Península Ibérica – é um dos bons exemplos demonstrativos do quanto um investimento municipal pode promover e potenciar uma atividade. É que, e para além das entidades associativas que ao momento estão presentes e atuam nesse Complexo, outras aí tiveram a sua origem e abriram asas



*✓*  
*DM*  
*AF*  
*alv*

independentizando-se. Estamos muito satisfeitos com tudo isso e com os méritos, conquistas e reconhecimentos que todos têm vindo a conquistar com o seu denodado trabalho.

A título ilustrativo pontuaria alguns eventos que tiveram lugar muito recentemente:

– Entre os dias 2 e 6 de Março, o Complexo Municipal de Ginástica acolheu em co-organização com o "Acro Clube da Maia":

a) a "5ª FIG Acro World Cup" onde estiveram presentes delegações de nove Países que este ano concorreram à Taça do Mundo de Ginástica Acrobática;

b) a "10ª Maia International Acro Cup" que teve como participantes 43 delegações estrangeiras e 12 delegações nacionais.

– Entre os dias 9 e 10 de Abril, o Complexo Municipal de Ginástica recebeu em co-organização com o "Ginásio Clube da Maia" e com a "Associação de Ginástica do Norte" o Campeonato Distrital de Ginástica Artística onde estiveram em competição 180 ginastas provenientes de vários Clubes da Região Norte.

– No dia 14 de Abril homenageámos na Câmara Municipal os Atletas do Acro Clube da Maia que conquistaram medalhas e distinções no Campeonato do Mundo de Ginástica Acrobática.

Foi com grande brilhantismo que a Maia, e o País, esteve representado no Campeonato do Mundo de Ginástica Acrobática 2016, que decorreu de 23 de Março a 3 de Abril, em Putain, na China.



*✓*  
*JK* *AP*  
*ads*

Em termos de resultados esta foi uma participação inédita para as cores nacionais com a conquista de várias medalhas e títulos por parte dos atletas do Acro Clube da Maia.

Foram 17 os Ginastas que enchem o país de orgulho ao participarem no Campeonato do Mundo nos escalões 11-16, 12-18 e 13-19 anos.

No escalão 12-18 anos, o Par Feminino Rita Ferreira/Joana Moreira após ter ficado em 2º lugar nas preliminares, na final obteve 27.750 pontos no esquema de Combinado, valendo-lhes o 1º lugar e a consequente medalha de ouro, conquistando o título de Campeãs do Mundo, que acrescentam ao título de Campeãs da Europa no escalão 11-16.

No mesmo escalão, o Grupo Masculino Henrique Silva/Henrique Piqueiro/João Pereira/Miguel Silva, que havia passado à final na 4ª posição, no esquema de Combinado obteve 27.650 pontos, o que lhes valeu a terceira posição do pódio e a consequente medalha de bronze, igualando o terceiro lugar obtido no Campeonato da Europa de 2015.

No escalão 13-19 anos, o Trio Feminino Francisca Maia/Joana Canada/Beatriz Costa apesar de terem conseguido uma excelente prestação, não alcançaram o apuramento para a final em que competiam, terminando num honroso 10º lugar. Estas ginastas são as atuais Campeãs da Europa de Dinâmico.

Reiteramos o nosso compromisso em continuar a apoiar e a acarinhar os Atletas, os Técnicos, os Dirigentes, os Pais e os Encarregados de Educação que tão esforçadamente, com tanto sacrifício pessoal e de uma forma tão metódica e alinhada nos objetivos, conseguiram todos estes feitos. Constituem, todos, um grande orgulho para a Maia.



*W*  
*JK* *MP*  
*afus*

5 – Entre os dias 19 e 27 de Março decorreu, no Complexo Municipal de Ténis da Maia, e pelo vigésimo terceiro ano consecutivo, a "Taça Internacional Maia Jovem", uma competição reservada a tenistas com idades inferiores a 14 anos.

Esta nossa Organização está de créditos bem firmados no conjunto de torneios pontuáveis para o circuito juvenil da Associação Europeia de Ténis, ao estar classificada e integrada na categoria 1 pela "Tennis Europe" a que acresce ocupar, este ano, o terceiro lugar a nível mundial.

Nesta edição participaram cerca de 300 tenistas de ambos os sexos, sendo que 150 são os melhores jogadores nacionais e os restantes representam seleções de mais 30 países.

O Complexo Municipal de Ténis da Maia está equipado com 10 courts de ténis, metade deles cobertos e seis deles dotados de bancada para o público. Todos os courts têm piso em pó de tijolo e iluminação adequada. A infraestrutura está ainda dotada de sala de musculação, bar, parede de escalada indoor, gabinete de apoio médico e de fisioterapia, sala e balneário para jogadores.

6 – O evento "Ponte Cósmica entre a Maia e Moscovo" teve lugar, no dia 14 de Março, na Escola Secundária da Maia.

Esta ação veio na sequência da nossa participação na etapa portuguesa da "Segunda Pan-europeia Maratona de Festivais do Oceano Pacífico até ao Atlântico", que teve lugar no passado dia 1 de Junho de 2015, e que acolheu o Concurso de Desenho Infantil "Que o Sol brilhe para sempre...". Esta foi uma organização da Câmara Municipal da Maia com a Agência Federal de Cooperação Internacional Cultural da Rússia, que teve a



*[Handwritten signatures]*

colaboração do Agrupamento de Escolas da Maia e o patrocínio da Embaixada da Federação da Rússia e do Museu da Cosmonáutica de Moscovo.

A ação decorreu através de um encontro por videoconferência, realizado entre a Escola Secundária da Maia e o Museu da Cosmonáutica de Moscovo, envolvendo a participação de alunos portugueses e russos, de idades compreendidas entre os 14 e 16 anos. Durante a videoconferência, os jovens tiveram a oportunidade de conversar, partilhar conhecimentos e experiências, tendo havido ainda espaço para colocar questões ao Cosmonauta Russo Alexander Laveikin que, em 1987, a bordo da Nave Soyuz TM-2, participou na missão Mir-2, no âmbito da qual permaneceu 174 dias no espaço.

O evento, que pretendeu também assinalar os 55 anos da primeira viagem do homem ao espaço (Yuri Gagarin, 12 de Abril de 1961), insere-se na estratégia de cooperação que a Câmara Municipal da Maia vem desenvolvendo com a Embaixada da Federação da Rússia. Acima de tudo, tem como objetivo fortalecer as relações de amizade entre Portugal e a Federação da Rússia, bem como aproximar os seus povos e respetivas culturas.

7 – A questão da natalidade nos países ocidentais tem vindo a adquirir uma importância deveras significativa já que os nascimentos estão longe de assegurarem uma renovação de gerações, podendo levar a um declínio das nossas sociedades. E isto é ainda mais verdade no nosso País, pois a taxa de natalidade conjugada com o aumento da esperança de vida da população perspetivam graves dificuldades, nomeadamente, e por exemplo, na sustentabilidade da Segurança Social.

Dai que todos os Poderes Públicos têm de estar atentos a esta realidade e adotarem as medidas possíveis de apoio ao incremento da natalidade. Todavia, sabemos bem que a

O.A. (mmaia) 2016/04/21

Página 10 de 12



*[Handwritten signatures]*

decisão de "trazer alguém ao mundo" é uma decisão tomada no seio da família restrita e no âmbito da sua estrita "circunstância".

Assim, e como que a título de "celebração da natalidade", a Câmara Municipal decidiu implementar um gesto de gratidão e de reconhecimento para com os seus Colaboradores e Funcionários aquando do nascimento de um seu novo Filho, manifestando a nossa alegria, e também "agradecimento", num momento de tão grande felicidade. Isto será consubstanciado por uma oferta, pouco mais que simbólica, de um kit de produtos de puericultura acrescido de um brinquedo a ser adquirido a um artesão nosso Município.

8 – Não se inclui nesta Informação o "reporte financeiro" já que a presente Sessão sendo aquela em que serão apreciadas as Contas da Câmara Municipal a 31 de Dezembro de 2015, esse reporte está lá contido.

9 – Quanto aos "Passivos Contingentes", à data de 31 de Março, apresento relação em anexo ao presente documento.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.216,70
b) Dotações orçamentais –	11.470.487,42
c) Dotações não orçamentais –	3.779.285,69



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*✓ M afm*

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa. e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 15 DE ABRIL DE 2016,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

*António Gonçalves Bragança Fernandes*  
(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

## MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	DATA DE ACÇÃO (VA)	VALOR DO PEDIDO (VPI)
185705.41BMAT	Dr. António José Mário Marques Torres - Nôo Júlio Júnior	Parcela de terreno que foi ocupada pelo Município - Descrição Núridade Projeto de Arquitetura	Abertura do STJ - CRMV foi condenada ao pagamento de uma indemnização que não é possível quantificá-la	15.000,00
133211.88EPRT	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Acidente de Viagem	Acção extremamente complexa com forte indicativo de indemnização com pedido de indemnização	1.697.185,41
90713.58EPRT	Luisinha - Companhia do Saguaro	Agão Administrativa Especial	Aguarda Sentença	2.363,50
325414.18EPRT	Telma Pereira & Rodrigo Café Snack-Bar, Lda	Acção Processo Sumário	Contestação	8.000,00
435412.29TBAM	Portugal - Crédito à Cidadania e Mutualização do Juro das	Pedido de Condenação Juros de Mora - Contratos Empresariais	Contestação	5.019,43
288713.48EPRT	Hugo Pacheco & Irmão, S.A.	Acção Administrativa Comum com Processo Ordinário	Recurso TACN	411.570,46
91612.18EPRT	Construções Ferreira da Costa, S.A.	Reposição das 35 horas semanas	Allegações Especiais	56.616,53
301813.08EPRT	Sindicato Nacional Administrativo Local	Acção de Condenação com pedido de indemnização	Realização Prova Peculiar	995.000,00
73813.25EPRT	Gara Unhas - Confecções, Lda	Acção Processo Ordinário	Interventor Acidental - Pedido de documentos	0,00
5046112.87TBAM	Adm. Condormim D. António Henriques Faria - Construção Imóveis	Acção Administrativa especial gredosa com actos administrativos	Contestação	15.001,00
403113.58EPRT	Gonçalo Oscar da Silva Martins	Requer que me seja pago uma indemnização é um saldo valor para ocupação de uma parcela de terreno	Petição entre € 2.000,00 e 20.000,00	3.428.160,00
111410.47TMAT	António Matheo Alves e Outros - Complexo Desportivo Pista Pombal	Acção Administrativa especial pretendendo danos com actos administrativos	Contestação	111.472,22
56510.38EPRT	Hércia Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Acção Administrativa especial pretendendo onerosas entre factos administrativos	Julgamento	10.041,33
178110.48EPRT	José Fernando Lopes Teixeira Silva	Acção Administrativa especial	Aguarda Marcação Audiência Pública	2.000,00
32213.48EPRT	Augusto da Silva Pestrin	Acção Administrativa especial	Opinião	1.800,00
150611.88EPRT	Casano FibroEisana Márca (Centro Empresarial da Mai) - Heróea	Acção Administrativa especial de protecção contra normas administrativas	Aguardar Audiência Pública	2.500.000,00
283311.48EPRT	Itap - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, S.A.	Impugnação Juiz da 1ª Instância	Parecer MP sobre Impugnação	202,60
327811.38EPRT	Petrobras do Portugal - Portugal S.A.	Impugnação Juiz da 1ª Instância	Parecer MP sobre Impugnação	202,60
2101011.57TBAM	Mário Jorge Pinto Casimiro e Outros	Detenção da Operação e a execução e a penhora do IMI	25.452,50	
3422311.88EPRT	Fernando Pedroso, Lda e Outros	Acção Administrativa Comum - Forma Ordinária	Julgamento Marcado	12.658.623,84
202611.48EPRT	Luis Fonseca Rodrigues	Acção Administrativa Comum- Forma Ordinária	Aguarda marcação Audiência de Julgamento	30.001,00
870111.78EPRT	Poengis	Reimpressão Juros de Mora	Recurso	258.234,21
275610.88EPRT	Paulo Guedes, Eliana Camacho	Foi apresentada comissãoção por parte da exequente - CRMV	2.811,41	
107011.10EPRT	Jaima Ribeiro & Filhos	Convenção Voluntária referente consumo de Água e TRSU	Opção - Delenda Pública Coligal	0,00
345811.88EPRT	Moriz - Sociedade de Construções, Lda J.F. Minas	Procedeu com a Jaima Ribeiro & Filhos, S.A. através do 2001, em que a CRMV teve sobre com a pagar dívida de 30.000 € quando o pedido inicial da exequente era superior a 260.000 €, tendo apresentado recurso à Relação, mas a empresa veio propor um acordado, prestando-lhe que a eleito a encontrar uma solução junto dos bancos e favoreável aos interesses do Município	Interventor Acidental - Pedido de pagamento	563.503,52



## MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTÍGUENTES

A DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCESSO	AUTOR	ASSUNTO	OBSEVAÇÕES	VALOR DA AÇÃO (VA) / VALOR DO PEDIDO (VP)
103012.78EPRT	José da Mota Pereira e Outros	Acção Administrativa Comum Ordinária	Pedido indemnizatório - Contestado	185.018,49
204005.57HAI	Faculdade de Ciéncias da Universidade do Porto	Ensaio do inquérito "Projeto de Ardigões"	Suspensa	17.030,00
21180568EPRT	Sónia Maria Faria, Energivales Sertões	Acidente de Viação	Aguarda Marcagem Auditória de Julgamento	6.762,16
107011.68EPRT	A.J.Machado	Argo Administrativa esporádica proveniente conexa com actos administrativos	Allegações	30.000,00
69005.68EPRT	Paulo Guedes, Elisa Camisão	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da suscinta - CMM	5.431,77
501016.68EPRT	Paulo Guedes, Elisa Camisão	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da suscinta - CMM	6.382,77
182408.28EPRT	Paulo Guedes, Elisa Camisão	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da suscinta - CMM	57,45
20301009.88EPRT	Paulo Guedes, Elisa Camisão	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da suscinta - CMM	57,45
170807.88EPRT	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Processo de Impugnação judicial de taxas de participação	Mais recente a reedição de todas as questões que até à presente data lhe teriam sido feitas	205,90
21150488EPRT	Pontas	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da suscinta - CMM	609,81
20410488EPRT	Pontas	Cobrança Valores referente consumo de água e TRSU	Foi apresentada contestação por parte da suscinta - CMM	1.689,82
201705.98EPRT	JSP - Transportes da José Sávio Pereira, Lda	Acidente de Viação	Aguarda Inquirição Testemunhas	3.168,31
88605.08EPRT	64A - Imobiliária e Turismo	Impugnação das Taxas	1.547,13	
1721010.88EPRT	Main Man - Promocião Imobiliária, Unipessoal, Lda	Impugnação taxas	Aguarda Marcagem Auditória de Julgamento	180.450,60
246610.48EPRT	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Impugnação de Taxas	Parecer MP sobre Impugnação	537.515,63
			Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Informada a Pongas impêns Recurso Jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Apresentadas alegações de recurso por ambas as partes. Aguarda decisão/decisão do recurso.	
			Inconformada a Profiga interposta Recurso Jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Apresentada alegação de recurso as partes. Aguarda decisão/decisão do recurso.	
200905.88EPRT	Pontas	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Apresentadas alegações de Recurso por ambas as partes para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Aguarda decisão/decisão do recurso Jurisdicional.	209.491,79
137405.88EPRT	Pontas	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Apresentadas alegações de Recurso por ambas as partes para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Aguarda decisão/decisão do recurso Jurisdicional.	4.684,13
181105.88EPRT	Pontas	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Apresentadas alegações de Recurso por ambas as partes para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Aguarda decisão/decisão do recurso Jurisdicional.	13.428,98
2222505.88EPRT	Pontas	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Apresentadas alegações de Recurso por ambas as partes para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Aguarda decisão/decisão do recurso Jurisdicional.	991,49
2891005.88EPRT	Pontas	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Incorrendo a Pongas Recurso Jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Apresentadas alegações de recurso por ambas as partes. Aguarda decisão/decisão do recurso.	330,07
1867005.18EPRT	Pontas	Primo Certo - Investimentos Imobiliários, Lda	Foi proferida Sessão judicial pelo Tribunal e Fiscal do Porto, tendo julgado improcedente por não provada a impugnação intentada pela Pongas. Incorrendo a Pongas Recurso Jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Apresentadas alegações de recurso por ambas as partes. Aguarda decisão/decisão do recurso.	3.348,82



MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES			
	AUTOR	ASSUNTO	OBSEVAÇÕES
55814-08EPRT	Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.	Acidente de Viagem	Contestação
106014-98EPRT	Lilley Seguros, S.A.	Acidente de Viagem	Contestação
412.08EPRT	LIPOR Al	Trajetos do Alem	Recurso
2487072-18EPRT	Fazenda Nacional II	IVA	Aguarda Sentença
109614-88EPRT	Fernanda Dias Alves	Licenciamento Posto Combustíveis	Recurso( Decisão favorável Município da Maia)
279814-38EPRT	LIPOR	Protocolo celebrado entre LIPOR e o Município da Maia	Prospetiva à Contestsção(Revergência)
103615-28EPRT	EP - Conselho de Comercialização Lubrificantes, S.A. E Outros	Outros Processos Contingentes	Oposição
174715-28EPNF	Agropamento Municipios Maia, Gondomar, Paredes, Loures, Figueiras	Sistema Abastecimento de Água Doura e Paiva, S.A. - Águas do Norte, S.A.	Recurso (CANSTA)
192815-48EPRT	Associação OSDEC - Obras Sociais de Outrem Esgotulista Cratit	Suspensão da Execução do ato - Medidas da Turma da Legislação Urbanística	Oposição
28315.918EPVZ	Martinho Viana Nunes da Cruz	Notificação Escritura Pública	Prazo de contestação

<sup>1)</sup> Faz parte integrante do relatório de balanço da previsão de contas anual uma declaração sobre estes protocolos (ver Anexo da demonstração financeira - nota 8.2.27 - do Balanço de Gestão da Previsão de Contas de 2015).

5  
as



Bloco de Esquerda  
Maia

M  
afw

Sr. Presidente da Câmara  
Sr. Presidente da Assembleia Municipal  
Srs. Vereadores  
Srs. Deputados  
Exmo. Público Presente

Analisamos a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2015, num momento em que estamos perante um quadro político que por via do resultado das últimas eleições legislativas, ditou a possibilidade de serem elaboradas políticas diferentes, quadro esse, que após um programa governamental apoiado por uma nova maioria de esquerda, se comprometeu com uma política assente num programa anti austeridade, com a reposição dos apoios sociais e salários, com a recuperação do poder de compra e por essa via possibilite o crescimento da economia.

Foi num contexto de governação bem diferente, que a gestão do executivo procurou executar um Plano aprovado pela maioria ao qual em devido tempo não mereceu a aprovação do BE, fruto de naturais divergências e opções de programa e de políticas que por razões ideológicas são claramente diferentes.

Naturalmente por isso, as razões que nos diferenciam do ponto de vista estratégico quanto às opções são evidentes, pois as nossas prioridades para o nosso concelho são outras: nomeadamente no que diz respeito à habitação, às infraestruturas de apoio à infância, aos jovens e aos idosos, ou ainda à forma do modo em que o investimento e os recursos são nestas áreas efetuados. São opções claramente diferenciadoras e por isso os Planos e Orçamentos recorrentemente não têm merecido como acima referimos a aprovação do Bloco de Esquerda.

Como sempre fizemos e continuaremos a fazer, respeitaremos sempre democraticamente as decisões da maioria, mas nem por isso podemos deixar de afirmar que temos ideias diferentes quanto às prioridades estratégicas, como acima referi, pensamos o nosso Concelho de modo diferente e como tal, agiremos sempre com vista a respeitar o programa com que nos apresentamos aos Maiatos.

Mas as estatísticas valem o que valem, sabemos reconhecer os aspetos positivos que também nos satisfazem, com particular enfase no que ao ensino diz respeito ou nas infraestruturas desportivas, zonas Industriais, entre outras, mas continuamos a afirmar que ainda somos um concelho muito desigual quer do ponto de vista do desenvolvimento, quer no aspeto social, sem esquecer a habitação, em

infraestruturas viárias, transportes, apoio aos seniores ou até à infância, apenas para referir algumas... e é aqui que temos todos de encontrar caminhos e definir prioridades!

Assim o Bloco de Esquerda, reconhece alguns aspectos positivos também nas contas aqui apresentadas, nomeadamente no que diz respeito ao continuado esforço de redução da dívida da autarquia que tem sido efetivamente significativo, naturalmente também em prejuízo do investimento!

Mas, o desinvestimento dos últimos anos vai marcando em nossa opinião negativamente a necessidade de combatermos prioridades emergentes que, com o passar do tempo se vão agravar mais e mais, nomeadamente no cumprimento de necessidades fundamentais, tais como a reabilitação urbana, de que é exemplo a degradação dos imóveis sociais como o Bairro do Sobreiro, Maia I e II, entre outros, que continuam em acelerada degradação sem que se vislumbre uma solução para o problema, continuamos a alertar para as condições de habitabilidade destes maiatos que é cada vez mais difícil e precária e para os quais a solução é cada vez mais urgente...

No plano do presente ano no que à requalificação do edificado municipal foi dado um passo importante, mas os bairros mais degradados como disse continuam a aguardar!

Reportando-me para o documento da prestação de contas:

1. As contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2015 confirmam, mais uma vez, o que ao longo dos tempos vimos dizendo, sabem sempre a pouco...
2. Efetivamente o executivo está numa boa parte das rubricas a aproximar as previsões do que realmente executa, isso tem uma correlação direta com a exiguidade orçamental do Plano e Orçamento. Mas as rubricas nas previsões de receitas que sempre dizemos no momento da sua aprovação que são irrealistas, são espelho da sua execução.

Não é portanto para nós nenhuma surpresa o facto de este ser cada vez menor e mesmo assim, mais uma vez, o grau de concretização do orçamentado, apesar das 23 modificações que teve, foi inferior ao previsto, foi de 82,6%, com um desvio negativo um pouco acima dos -14 milhões, que se tivermos em conta o valor da alteração orçamental não deixa de ser significativo. Isto é, do valor orçamentado 81.271,900 ficou-se por um pouco mais 67.000 Milhões de euros!

3. Estes desvios apesar de terem alguma normalidade fruto dos imprevistos que sempre existirão, são recorrentes. O fator que mais pesa é que as alterações ou desvios, raramente acontecem por fatores ou objetivos de maior investimento e por tal motivo os argumentos para o nosso desacordo, são válidos e sustentados na nossa visão de prioridades

e de políticas diferentes para a Maia tendo em conta a importância que o nosso concelho tem nos concelhos da Área Metropolitana do Porto.

4. Mas motivo de preocupação também significativa é o grau de cumprimento referente à previsão das receitas de capital, são sempre tão distantes do orçamentado, mas desta vez provocados pela previsão final do orçamentado, dos previstos 21.871, milhões de euros, apenas foram executados 15.779, milhões de euros! 72,1%, de grau de cumprimento, apesar de tudo bem melhor do que as execuções do passado! Estes números apesar de tudo refletem ainda um valor bastante baixo tendo em conta a dimensão do nosso município. É Por isso cada vez mais importante a busca de alternativas sustentáveis de receitas!
5. Quanto às despesas de capital que são como é evidente o barómetro da disponibilidade do município para investimento ou a falta dele, de alguns anos para cá, traduz-se num pouco mais de mera gestão corrente, apesar da previsão final ter sido bem superior ao valor inicialmente previsto, de cerca 24.000 milhões para uma previsão final de 35.790, milhões, a execução ficou pelos 26.202, milhões de euros, 73,2% do previsto! Os números continuam em nossa opinião a serem de dimensão desajustada relativamente à dimensão e importância do concelho da Maia! Este facto continua a demonstrar uma estagnação com consequências no desenvolvimento económico da Maia.
6. Por isso dizemos, se a receita da Câmara continuar a estar fortemente dependente das receitas provenientes dos impostos diretos cobrados aos cidadãos maiatos com foi exemplo no IMI, que como aqui afirmei voltou a ter um aumento significativo retirando poder de compra aos maiatos, dando razão ao Bloco de Esquerda, quando defendemos uma taxa de IMI abaixo da que a maioria impôs aos cidadãos da Maia
7. Importante e significativo foi o aumento de receita proveniente da Derrama! Esperamos que este aumento se processo de modo sustentado nos próximos anos pois será sinal de que a economia estará a crescer e o emprego a diminuir de modo sustentado.
8. Naturalmente que a política de austeridade do anterior governo com os sucessivos cortes nos rendimentos das pessoas e o subfinanciamento das autarquias provocou uma degradação na economia local e nos rendimentos dos cidadãos da Maia. A oportunidade está agora em desafiar o atual governo na aplicação de políticas mais expansivas de investimento, nomeadamente na requalificação da habitação e em infraestruturas criadoras de emprego efetivo. Não temamos a mudança porque a alternativa está aí e é possível fazer melhor!

9. Por isso, e compreendendo que no atual quadro de dificuldades a gestão financeira nunca se apresentará com grandes facilidades seja para quem for, ainda mais pelo peso que os Fundos Imobiliários mais à frente vão impor à gestão camarária em orçamentos futuros...

10. Reconhecemos que a Maia apesar de tudo tem dado passos importantes em muitos aspetos e que agora com a diminuição do peso da dívida da autarquia, o investimento poderá e deverá ser bem mais arrojado no sentido de melhorar aspetos fundamentais para a qualidade de vida dos maiatos e do desenvolvimento sustentado do nosso Concelho.

As razões por nós aduzidas não nos permitem a aprovação das contas que nos são presentes e como sempre dizemos, não porque as contas estejam incorretas mas, porque as nossas escolhas e prioridades seriam bem diferentes!

Grupo Parlamentar do BE  
Assembleia Municipal

Maia, 29 de Abril de 2016

Silvestre Pereira



Luisa Oliveira

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Presidente,

A Prestação das Contas bem como o Relatório de Gestão da Câmara Municipal referente ao ano de 2015, são o reflexo de uma excelente gestão por parte do Executivo da Câmara Municipal e que ao longo dos últimos anos ou décadas, tem demonstrado uma característica rara em muitos Concelhos ou Câmaras deste país, que é o rigor e a consciência de que o futuro só será melhor se soubermos ser inteligentes no presente.

Ao analisarmos as contas bem como o relatório de gestão referente ao ano de 2015 e tendo como referencia o orçamento respectivo, podemos dizer que a actividade da gestão do município foi, ao contrário do que alguns possam pensar, muito boa e se considerados todos os condicionalismos de ordem económica e financeira, direi mesmo que foi excelente.

Sabemos todos, que nos dias de hoje, é muito difícil e complicado gerir uma câmara municipal, principalmente quando somos confrontados todos os dias com os efeitos de uma crise financeira, que parece acabar num dia para começar no dia seguinte e que acaba por afectar sempre aqueles que, normalmente em nada contribuem ou contribuíram para que ela existisse, mas que acabam por serem eles a pagar a factura dessa mesma crise. Por isso não podemos ignorar, que todas estas incertezas, condicionam o desenvolvimento económico, retardando os investimentos por parte das empresas e por consequência acaba por afectar o emprego e o rendimento das

pessoas. E sem rendimento não há impostos, sem impostos não há receitas e se não houver receitas por parte do estado e das autarquias, os serviços públicos direcionados para as pessoas começam a ter as suas dificuldades.

A Câmara Municipal da Maia, por ironia do destino e com a falta de visão estratégica, como insinua a oposição, conseguiu dotar o concelho da Maia com as estruturas na área social, desportiva, habitacional de lazer, associativa, na educação, na saúde, nos apoios á infância, aos idosos, ás empresas, e com todos os constrangimentos financeiros, tem conseguido manter os apoios necessários nas diversas valências, para que os Maiatos não sintam, como em muitos outros concelhos, os efeitos mais nefastos desta crise. Imaginem agora, senhores deputados da oposição, se os sucessivos executivos da Câmara Municipal da Maia, tivesse a tal visão estratégica.

Dito isto, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, pouco mais há a dizer sobre as Contas do Município.

Os números são os que constam dos documentos e demonstram o quanto foi rigorosa a gestão por parte do executivo.

Os níveis de execução do orçamento que nortearam o executivo em 2015 foram excelentes.

O Resultado Líquido apurado em 2015 ultrapassa os 6 milhões de euros.

O executivo, com a falta de visão estratégica, reduziu a dívida da Câmara Municipal em cerca de 10 Milhões de Euros. Este esforço financeiro não serviu apenas para reduzir a dívida, permite que no futuro, próximo ou imediato, a Câmara Municipal se possa financiar externamente, ou seja aumentou a sua capacidade de endividamento.

Visão estratégica, para nós não é apenas consumir o presente, é muito mais do que isso, é preparar o futuro e é com esta visão estratégica que nós fomos e seremos os melhores.

Um outro aspecto importante e que retiramos das contas que aqui analisamos, é a preocupação por parte do executivo,

na sustentabilidade das finanças do município. Viver com o que temos, é uma tarefa difícil, mas é a garantia do nosso futuro.

Quem não gostaria que a Câmara, que até se pode endividar nuns quantos milhões de euros, distribuísse esse dinheiro, dando emprego a toda a gente, mesmo não precisando, como já ouvi a oposição reclamar, distribuindo subsídios para tudo e para todos, construindo casas, até se esgotar os tais milhões. Seria óptimo, mas depois, os nossos netos ler-nos-iam um ditado popular bem actual e que passo a citar “Os erros dos nossos avós, fazem-no eles e pagamo-los nós”.

Senhor vice-Presidente da Câmara, queremos agradecer ao executivo, que o Senhor aqui representa, pela forma rigorosa e transparente com que têm gerido os destinos do Município da Maia. Os Maiatos hão-de reconhecê-lo por isso, aliás como o tem feito ao longo das últimas décadas.

É evidente que continuaremos a ouvir dizer que a gestão deste executivo, dos anteriores e dos que hão-de vir, é um desastre, que na Maia falta isto que na Maia falta aquilo, mas o que nós vemos é que o que existe na Maia não existe em muitos municípios que nos rodeiam.

Por tudo isto vamos votar favoravelmente este documento.

Maia, 29/04/2016  
( Cândido Graça )  
( Coligação “ Sempre pela Maia ” )





CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA E CONTAS CONSOLIDADAS

DECLARAÇÃO DE VOTO

A apreciação das Contas de Gerência e Relatório de Actividades de 2015 confirma que o modelo de desenvolvimento e as opções que norteiam a coligação PSD/CDS na gestão autárquica na Maia não são passíveis do voto favorável da CDU.

Continuou a adiar investimentos necessários e incontornáveis com destaque para os da urgente reabilitação do parque habitacional do Município. Em vez do reforço de serviços municipais de carácter técnico estrutural, continua a recorrer à externalização na aquisição de bens e serviços. A manutenção, apesar da reversão em curso, do modelo de gestão da Tecmaia, a extinção de alguns dos Fundos Imobiliários e de algumas empresas e parcerias, como comprova o Relatório das Contas Consolidadas, mostra que este modelo de gestão continua a ter consequências muito negativas para a capacidade de investimento e nos custos do endividamento. Em contrapartida a carga fiscal sobre os maiatos continua num nível bastante elevado.

A Maia continua a sofrer de contrastes muito evidentes entre zonas e freguesias com espaços públicos e privados a evidenciar grande degradação, mas por ventura mais longe dos olhares dos homens de negócios. A possibilidade de, com os recursos financeiros que há, avançar decididamente para resolver esses contrastes e melhorar as condições de vida das populações, não ficou plasmada na gestão de 2015.

Por isso o voto contra do grupo municipal da CDU.



PARTIDO SOCIALISTA

Concelhia da  
Maia

Grupo Assembleia Municipal

*W**RA*  
*afas*

Exmo. Senhor. Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,

Exmos. Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta,

*Joey*  
Exmo. Senhor. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

~~Avião~~

Após análise aos documentos finais obrigatórios de prestação de contas dos serviços municipalizados de água e saneamento da Maia, relativos ao ano 2015 o Partido socialista entende que não pode deixar passar esta oportunidade sem deixar aqui algumas notas.

- Apesar dos SMAS apresentar um resultado líquido positivo de cerca de 800.000€ há uma nota de preocupação para a operacionalidade dos serviços;

- Nós últimos 2 anos os SMAS acumularam <sup>outra</sup> ~~mais~~ de 1M€ de resultados operacionais negativos;

<sup>outra</sup>  
800€ = 2014  
200€ = 2015

- Esse facto deve merecer uma atenção por parte da gestão dos SMAS uma vez que há alguns dados que indiciam algumas áreas urgentes de atuação e algumas áreas de melhoria, nomeadamente as seguintes:

- Apesar do aumento do número de consumidores e o consequente aumento de aquisição de água, deve preocupar seriamente o facto de, nos últimos 5 anos, se ter assistido a uma quebra de 13,4% do rácio água faturada/água adquirida.

Há um aumento de ineficiência significativa, reveladora de um aumento de perdas matéria-prima (água) e com um agravamento constante nos últimos 5 anos. Por toda a importância que a água tem, quer do ponto de vista global, quer do ponto de vista particular dos SMAS, é fundamental que a gestão dos ~~SMAS~~ promova uma ação concreta para conter este indicador negativo da



PARTIDO SOCIALISTA

Concelhia da  
**Maia**

Grupo Assembleia Municipal

operação da empresa; Neste sentido, seria interessante conhecer os valores de perdas reais de água, que não vem indicada neste relatório de gestão.

- Apesar de ser anunciado uma diminuição da despesa global, nota para um aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos e do custo das mercadorias. Este facto pode não ser, aparentemente, revelador de uma grande ineficiência quando analisado por si só o aumento de 100.000€. No entanto, se cruzarmos este aumento, com algumas taxas de execução baixas face ao orçamentado, esses dados podem indicar-nos um potencial de maior desequilíbrio.
- Por estas razões, e uma vez que há indicadores que apresentam uma degradação constante ao longo dos últimos anos, o Partido Socialista reforça aqui a sua preocupação face aos SMAS, sendo o nosso sentido de voto reflexo dessa preocupação. Reconhecemos o potencial e o possível equilíbrio da operação mas também consideramos que não está a ser feito todo o trabalho devido a este nível, o que pode indicar algum cansaço e alguma incapacidade de impulsionar e inovar. Consideramos ser fundamental, pela natureza deste serviço, ser-se capaz de inverter este ciclo.

Disse;

Maia, 29 de Abril de 2016

António Teixeira

# CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



✓  
AP  
ap

## Declaração de Voto da CDU

### Regulamento Municipal de atribuição e Gestão de Habitação

A CDU vota CONTRA este Regulamento por considerar que na sua essência segue a *Lei n.º 81/2014*, que por sua vez impõe significativos aumentos de renda, penaliza os rendimentos das famílias, é injusta e facilita os despejos.

No entender da CDU, nada força à aplicação dos artigos da Lei tendentes à precarização dos contratos. A lei facilita essa precarização mas não a impõe. A não aplicação dos aspectos mais gravosos da Lei não significa tolerância para com ocupações indevidas.

Ao contrário do que a Lei e este Regulamento propõe, a CDU considera que para se chegar ao valor da renda se deve:

1. contabilizar o valor líquido dos rendimentos e não o valor ilíquido no cálculo da taxa de esforço;
2. excluir do cálculo dos rendimentos do agregado familiar, todos os prémios e subsídios de carácter não permanente, tais como horas extraordinárias, subsídio de turno, entre outros.
3. Contabilizar, para efeitos de cálculo do rendimento do agregado, de um valor parcial das pensões de reforma, aposentação, velhice, invalidez e sobrevivência, sempre que estas não atinjam o valor correspondente a três salários mínimos nacionais.
4. Limitação do valor da renda máxima a pagar a 15% do rendimento do agregado.

Por fim, e relativamente ao *Artigo 9.º* do Regulamento em causa, *Requisitos gerais de admissão*, considera a CDU que o estipulado no *ponto 1, alínea a)*, sobre a posse da habitação, que esta não deve ser referente ao território nacional, mas apenas ao Município e concelhos limítrofes.

W E F N

# CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Estacionamento na envolvente ao Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, nas freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha

A CDU vai votar contra esta proposta da Câmara que pretende criar 549 lugares de estacionamento pago em 11 ruas das freguesias de Moreira da Maia e Vila Nova da Telha, numa área que em nossa opinião excede largamente o proclamado objectivo de regularização do estacionamento junto de serviços públicos e comércio local bem como de corresponder às justas reclamações de moradores.

De facto, se fosse essa a principal preocupação seria muito menor a área envolvida para o pretendido estacionamento de duração limitada. Assim, tal como nos aparece, pelo número de ruas e afastamento do aeroporto, cremos convictamente que o objectivo é a cobrança de mais uma receita que não será de todo desprezível dado o número de lugares. As principais vítimas desta cobrança coerciva não serão os passageiros utentes do Aeroporto. Não serão algumas empresas que incorrectamente utilizam o espaço público para prover aos seus negócios. Essas deverão ser fiscalizadas como deve ser para cumprirem as suas obrigações.

O problema maior e que a maioria PSD/CDS não tem em conta com esta proposta é que os principais utilizadores do espaço são trabalhadores do Aeroporto e de muitas outras empresas industriais, de comércio e serviços que existem concentradamente nesta área. E se é justo e correcto que se dirijam esforços para uma cada vez maior utilização do transporte público, em vez do veículo privado, também é verdade e comumente aceite que o Metro e a STCP que servem a zona do Aeroporto estão longe de resolver a deslocação de milhares de trabalhadores, designadamente de outras freguesias da Maia.

Para esta nossa posição, que leva mais longe as dúvidas assumidas pela vereadora na reunião do executivo, concorre também – a falta de respeito demonstrada pela maioria que continua a falar de um estudo realizado pelos serviços técnicos que não junta à documentação sobre o ponto, trazendo apenas ao nosso conhecimento mapas com a disposição geográfica dos parquímetros e o número de lugares abrangidos.

Ficamos a conhecer pelos jornais que até os moradores terão que pagar um cartão de residente...

Estranhamos que tivesse havido um protesto tão vivo de moradores a reclamar estacionamento limitado e que tal nunca tivesse chegado ao conhecimento das Assembleias de Freguesia de Moreira e Vila Nova da Telha.

A conclusão de tudo isto é para nós muito clara: a Câmara deveria rever esta proposta!

Para esta, não podem contar com o acordo da CDU!